

CHARLES ALAN DA SILVA

COMANDO CONJUNTO DE OPERAÇÕES ESPECIAIS:

potencial contribuição para o enriquecimento do poder nacional

Trabalho de Conclusão de Curso - Monografia apresentada ao Departamento de Estudos da Escola Superior de Guerra como requisito à obtenção do diploma do Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia.

Orientador: Coronel R1 Edison Gomes

Rio de Janeiro

2022

Este trabalho, nos termos de legislação que resguarda os direitos autorais, é considerado propriedade da ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA (ESG). É permitida a transcrição parcial de textos do trabalho, ou mencioná-los, para comentários e citações, desde que sem propósitos comerciais e que seja feita a referência bibliográfica completa.

Os conceitos expressos neste trabalho são de responsabilidade do autor e não expressam qualquer orientação institucional da ESG.

CHARLES ALAN DA SILVA

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S586c Silva, Charles Alan da
Comando Conjunto de Operações Especiais / CMG Charles Alan da Silva.- Rio de Janeiro: ESG, 2022.

70 f.: il.

Orientador: Cel R1 Édison Gomes de Souza Neto.

Trabalho de Conclusão de Curso – Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Segurança Internacional e Defesa da Escola Superior de Guerra como requisito à obtenção do diploma do Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia (CAEPE), 2022.

1. Operações Especiais. 2. Forças de Operações Especiais (FOpEsp). 3. Comando Conjunto Permanente. 4. Interoperabilidade. 5. Integração. I. Título.

CDD – 356.16

Dedico este trabalho aos meus queridos pais, professores e instrutores, todos responsáveis pelo profissional que me tornei. Esta dedicatória estende-se aos precursores do mergulho de combate que, ao retornarem recém-formados operadores *Underwater Demolition Team* (UDT) dos Estados Unidos da América e *Nageur de Combat* da França, lograram êxito ao dar início à atividade no Brasil, bem como a todos aqueles que buscaram, incansavelmente e na medida do possível, fazer o trabalho de um comando conjunto de operações especiais de nível estratégico com a inadequada estrutura, efetivo e recursos de uma Divisão da Base Almirante Castro e Silva, como foi no passado, ou de uma pequena unidade tática denominada Grupamento de Mergulhadores de Combate (GRUMEC), como é no presente, no que se refere ao desenvolvimento das Operações Especiais no âmbito do Corpo da Armada da Marinha do Brasil.

Fortuna Audaces Sequitur!

AGRADECIMENTOS

À minha filha, com quem prazerosamente compartilhei longos períodos de estudo, de minha parte para elaboração deste trabalho e da parte dela para preparação para o ENEM.

À minha família, pela consolidação de meu caráter, valores e continuado incentivo em todos os momentos da minha carreira vivida na Marinha do Brasil, Instituição a qual serei eternamente grato pela minha formação profissional e por ser onde encontrei a minha realização pessoal e profissional.

Ao meu orientador Coronel R1 Edson Gomes, pelas intervenções coerentes e compreensão ao longo da elaboração deste trabalho.

Por fim, reafirmo meu apreço pelo Grupamento de Mergulhadores de Combate, onde tive a satisfação de passar grande parte da minha carreira dedicado à atividade completamente alinhada a minha vocação, enquanto forjava fortes laços de amizade que levarei para toda a vida.

“A SORTE ACOMPANHA OS AUDAZES”

RESUMO

Ficou no passado o tempo em que ameaças a um Estado nacional eram provenientes majoritariamente de outro Estado nacional. A vasta gama de desenvolvimentos tecnológicos recentes trouxe gradativamente muitas facilidades à sociedade, mas também novas possibilidades do fraco enfrentar o forte, inicialmente representadas pela execução de atos terroristas bem coordenados e ultimamente por ameaças híbridas que fazem uso dos instrumentos de poder militar, político, econômico, civil e informacional, para atingir as vulnerabilidades do adversário de forma multidomínio, fluida, ambígua e abaixo da linha de conflito, protagonizadas por atores estatais e não estatais, direta ou indiretamente, fazendo do terrorismo apenas uma de suas possibilidades. A insuficiente interoperabilidade entre as Forças de Operações Especiais (FOpEsp) norte-americanas, durante a fracassada tentativa de resgate de reféns no Irã em 1980 e invasão de Granada em 1983, resultou na criação do Comando Conjunto de Operações Especiais (CCjOpEsp) dos Estados Unidos da América, Comando de Oficial-General quatro estrelas, diretamente subordinado ao Secretário de Defesa, com os comandos de operações especiais das Forças Armadas norte-americanas diretamente subordinados. O reconhecimento internacional do salto operacional alcançado pelas suas FOpEsp, seguido do eficiente combate ao terrorismo desencadeado após o atentado de 11 de setembro de 2001 - com enfrentamento profícuo de ameaças híbridas no Oriente Médio, o combate dado à proliferação de armas de destruição em massa, a execução de operações psicológicas, de informação e coordenação interagências, bem como o desenvolvimento de parcerias e disseminação de influência no cenário internacional, em associação ao relativo baixo custo de emprego das FOpEsp, fizeram com que cada vez mais nações passassem a organizar suas FOpEsp de forma similar, tornando CCjOpEsp quase tão disseminados quanto ministérios da defesa o são na atualidade. Dado que a guerra híbrida é sincronizada, sistemática, ameaça permanente e internacional, a resposta também o deve ser. Nesse sentido, os CCjOpEsp passaram a ter importância ainda maior no contexto da segurança multidimensional, estratégia oficial dos governos centrais para desenvolvimento de dissuasão, resiliência e resposta hábil à ameaça tão dinâmica e disruptiva, envolvendo integração permanente de todos os setores correlatos do governo, empregando as FOpEsp como seu braço armado em ações imediatas, cirúrgicas e clandestinas/cobertas em situação de normalidade, exatamente o que já vinha sendo promovido por alguns CCjOpEsp já instituídos. Nesse contexto, este estudo busca esclarecer de que maneira a criação de um CCjOpEsp pode contribuir para o enriquecimento do Poder Nacional, tendo em vista que, é esperado que as ameaças híbridas se tornem cada vez mais desafiadoras no futuro, demandando FOpEsp de categoria mundial, somente desenvolvidas por comandos conjuntos de nível estratégico exclusiva e permanentemente dedicados, ao passo que o Ministério da Defesa não possui em seu organograma de nível estratégico qualquer estrutura conjunta permanente dedicada exclusivamente a assuntos de operações especiais na atualidade, a despeito do caráter conjunto e estratégico das FOpEsp, bem como da promoção de emprego conjunto, interoperabilidade e integração de nossas Forças nos documentos condicionantes de Defesa.

Palavras-chave: Operações Especiais; Forças de Operações Especiais; Comando Conjunto Permanente; Interoperabilidade; Integração.

ABSTRACT

There was a time when threats to a national state were mostly posed by another national state, not anymore. The wide range of recent technological developments brought gradually a lot of benefits to the society, but also new ways to fight the stronger adversary, initially represented by well-coordinated terrorist acts and lastly by hybrid threats which utilize military, political, economic, civil and informational instruments of power towards adversary's vulnerabilities in a multidomain, fluid, ambiguous and short of conflict way, conceived by state and non-state actors, either directly or indirectly, regarding terrorist acts just one of their possibilities. The lack of interoperability among North American Special Operations Forces, during the faulty hostage rescue attempt in Iran in 1980 and Grenada invasion in 1983, resulted in the creation of the United States Special Operations Command (USSOCOM), directed by a four-star general officer who reports directly to the Secretary of Defense, exerting authority over the service's special operations commands. The international acknowledgment of the high operational standards reached by its Special Operations Forces (SOF), followed by the successful war on terrorism after 9/11 – including effective fight against hybrid threats in Middle East, the countering weapons of mass destruction activities, the conduction of psychological and information operations, interagency coordination, as well as the establishment of new partnerships and dissemination of influence in the international environment, in association with the relative low cost of SOF employment, made more and more nations have their SOF organized the same way, turning Special Operations Commands (SOCOMs) almost as disseminated as Department of Defenses (DoDs) are today all over the world. Given that hybrid war is synchronized, systematic, permanent, and international, so should be the response to it. In this sense, SOCOMs became even more important in the context of comprehensive defense, the official strategy of the central governments in order to develop deterrence, resilience, and proper response, encompassing permanent interaction among all the government sectors involved, employing SOF as the tip of spear in prompt, precise, and clandestine/covert actions below the threshold of armed conflict, exactly what had been already fostered by some SOCOMs to face such dynamic and disruptive threat. In the context above, this study sought to clarify in which way the creation of a SOCOM can contribute to the National Power's enhancement, given that hybrid threats may become even more challenging in the future, demanding world-class SOF, only put together by SOCOMs at the strategic level, permanently and exclusively dedicated to SOF, as Brazilian Ministry of Defense has no office exclusively dedicated to SOF matters in its strategic organizational structure at this time, despite the strategic and joint aspects of SOF, as well as joint employment, interoperability, and integration of Brazilian Forces are reiterated in its national defense documents.

Keywords: *Special Operations; Special Operations Forces; Permanent Joint Command; Interoperability; Integration.*

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Desenvolvimento da Guerra Híbrida	21
Figura 2 – Desenvolvimento da Guerra Liminar.....	23
Figura 3 – Recomendações no Combate à Guerra Híbrida.....	25
Figura 4 – Estrutura Organizacional do DoD.....	44
Figura 5 – Comandos Combatentes.....	45
Figura 6 – Estrutura Organizacional do USSOCOM.....	52
Figura 7 – Área de Responsabilidade dos TSOCs.....	53
Figura 8 – Relacionamentos das FOpEsp.....	53
Figura 9 – Organização dos Comandos Combatentes Geográficos.....	54

LISTA DE SIGLAS

AED	Ações Estratégicas de Defesa
AFCENT	<i>Air Force Central</i>
AFSOC	<i>Air Force Special Operations Command</i>
ARCENT	<i>Army Central</i>
ASD SO/LIC	<i>Assistant Secretary of Defense for Special Operations and Low Intensity Conflict</i>
AT&L	<i>Acquisition, Technology and Logistics</i>
C ³	Cooperação, Coordenação e Colaboração
C ⁴ I	Comando, Controle, Comunicação, Computação e Informação
CA	<i>Civil Affairs</i>
CAE	Chefia de Assuntos Estratégicos
CCjOpEsp	Comando Conjunto de Operações Especiais
CHOC	Chefia de Operações Conjuntas
CIAMA	Centro de Instrução e Adestramento Almirante Áttila Monteiro Aché
CIASC	Centro de Instrução Almirante Sylvio de Camargo
COIN	<i>Counterinsurgency</i>
COMAE	Comando de Operações Aeroespaciais
ComDCiber	Comando de Defesa Cibernética
CoNavOpEsp	Comando Naval de Operações Especiais
COpEsp	Comando de Operações Especiais
CT	<i>Counterterrorism</i>
CWMD	<i>Countering Weapons of Mass Destruction</i>
DA	<i>Direct Action</i>
DBNQR	Defesa Biológica, Nuclear, Química e Radiológica
DEVGRU	<i>Development Group</i>
DoD	<i>Department of Defense</i>
DOS	<i>Department of State</i>
EB	Exército Brasileiro
EMCFA	Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas

END	Estratégia Nacional de Defesa
EUA	Estados Unidos da América
FAB	Força Aérea Brasileira
FCjOpEspCte	Força Conjunta de Operações Especiais Componente
FHA	<i>Foreign Humanitarian Assistance</i>
FID	<i>Foreign Internal Defense</i>
FOpEsp	Forças de Operações Especiais
FS	Forças Singulares
FTCjOpEsp	Força-Tarefa Conjunta de Operações Especiais
GRUMEC	Grupamento de Mergulhadores de Combate
JSOC	<i>Joint Special Operations Command</i>
JSOU	<i>Joint Special Operations University</i>
JTF	<i>Joint Task Force</i>
MARCENT	<i>Marines Central</i>
MARSOC	<i>Marine Corps Forces Special Operations Command</i>
MB	Marinha do Brasil
MCDC	<i>Multinational Capability Development Campaign</i>
MD	Ministério da Defesa
MFP	<i>Major Force Program</i>
MISO	<i>Military Information Support Operations</i>
MPECI	Militar, Político, Econômico, Civil e Informacional
NATO	<i>North Atlantic Treaty Organization</i>
NAVCENT	<i>Navy Central</i>
NAVSPECWARCOM	<i>Naval Special Warfare Command</i>
NSCC	<i>NATO Special Operations Coordination Center</i>
NSHQ	<i>NATO Special Operations Headquarters</i>
NSWTG	<i>Naval Special Warfare Task Group</i>
OpEsp	Operações Especiais
PND	Política Nacional de Defesa
SEAL	<i>Sea, Air, Land</i>
SFA	<i>Security Force Assistance</i>
SISBIN	Sistema de Inteligência Nacional
SMU	<i>Special Mission Units</i>

SOCAFRICA	<i>Special Operations Command Africa</i>
SOCCENT	<i>Special Operations Command Central</i>
SOCEUR	<i>Special Operations Command Europe</i>
SOCKOR	<i>Special Operations Command Korea</i>
SOCNORTH	<i>Special Operations Command North</i>
SOC PAC	<i>Special Operations Command Pacific</i>
SOC SOUTH	<i>Special Operations Command South</i>
SOFWERX	<i>Special Operations Forces Warfighter X</i>
SPP	<i>Strategic Planning Process</i>
SR	<i>Special Reconnaissance</i>
SWCC	<i>Special Warfare Combatant-craft Crewmen</i>
TSOC	<i>Theater Special Operations Command</i>
TTP	<i>Táticas, Técnicas e Procedimentos</i>
USAFRICOM	<i>United States Africa Command</i>
USASOAC	<i>United States Army Special Operations Aviation Command</i>
USASOC	<i>US Army Special Operations Command</i>
USCENTCOM	<i>United States Central Command</i>
USCYBERCOM	<i>United States Cyber Command</i>
USEUCOM	<i>United States European Command</i>
USNORTHCOM	<i>United States Northern Command</i>
USPACOM	<i>United States Pacific Command</i>
USSOCOM	<i>United States Special Operations Command</i>
USSOUTHCOM	<i>United States Southern Command</i>
USSPACECOM	<i>United States Space Command</i>
USSTRATCOM	<i>United States Strategic Command</i>
USTRANSCOM	<i>United States Transportation Command</i>
UW	<i>Unconventional Warfare</i>

“By not utilizing an existing JTF organization, the Joint Chiefs of Staff had to start, literally, from the beginning to establish a JTF, create an organization, provide a staff, develop a plan, select the units, and train the force before the first mission capability could be attained” (Almirante James L. Holloway, agosto de 1980).

Almirante de Esquadra James L. Holloway foi o responsável pela apuração das falhas da Operação *Desert One*

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
2	CONTEXTUALIZAÇÃO, AMEAÇAS CONTEMPORÂNEAS, MELHORES PRÁTICAS E DOCUMENTOS DE DEFESA.....	18
2.1	A Evolução das Ameaças.....	18
2.2	Definições Correlatas.....	20
2.3	Melhores Práticas e Segurança Multidimensional.....	24
2.4	Aprimoramento do Preparo e Emprego Conjunto, Interoperabilidade e Relação Interagencial nos Documentos Condicionantes da Defesa Nacional.....	30
3	FORÇAS DE OPERAÇÕES ESPECIAIS.....	32
3.1	Conceituação e Emprego.....	32
3.2	Instrumento de Escolha na Zona Cinza e Competição Contínua.....	37
4	ORGANIZAÇÃO DAS FORÇAS DE OPERAÇÕES ESPECIAIS DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA.....	43
4.1	Departamento de Defesa.....	43
4.2	Comando de Operações Especiais.....	45
5	ORGANIZAÇÃO DE FORÇAS DE OPERAÇÕES ESPECIAIS DE OUTROS PAÍSES.....	61
5.1	Diretoria de Forças Especiais do Reino Unido.....	62
5.2	Comando de Operações Especiais da França.....	62
5.3	Comando Conjunto de Operações Especiais da Jordânia.....	63
5.4	Comando de Operações Especiais do Canadá.....	64
5.5	Comando Conjunto de Operações Especiais da Colômbia.....	64
5.6	Quartel-General de Operações Especiais da OTAN.....	66
5.7	Comando Conjunto de Operações Especiais da Espanha.....	66
5.8	Comando Conjunto de Operações Especiais da Indonésia.....	67
5.9	Comando Conjunto de Operações Especiais da Venezuela.....	68
5.10	Diretoria de Forças Especiais da República Tchéquia.....	68
5.11	Comando de Operações Especiais dos Países Baixos.....	69

6	ORGANIZAÇÃO DAS FORÇAS DE OPERAÇÕES ESPECIAIS BRASILEIRAS.....	70
6.1	Ministério da Defesa	70
6.2	Doutrina de Preparo e Emprego Conjunto.....	71
6.3	Exército Brasileiro.....	74
6.4	Marinha do Brasil	76
6.5	Força Aérea Brasileira	79
7	CONCLUSÃO.....	81
	REFERÊNCIAS	84

1 INTRODUÇÃO

Em 1987, os Estados Unidos da América (EUA) criaram o Comando Conjunto de Operações Especiais (*United States Special Operations Command - USSOCOM*), diretamente subordinado ao Secretário de Defesa. Em função do reconhecimento internacional do salto operacional alcançado pelas suas Forças de Operações Especiais (FOpEsp) pouco tempo depois, seguido do eficiente combate ao terrorismo desencadeado após o atentado de 11 de setembro de 2001 - com enfrentamento profícuo de ameaças híbridas no Oriente Médio, combate à proliferação de armas de destruição em massa, execução de operações de informação, psicológicas e coordenação interagências, bem como do desenvolvimento de parcerias e disseminação de influência no cenário internacional, tudo isso aliado ao relativo baixo custo de emprego das FOpEsp, cada vez mais nações passaram a organizar suas FOpEsp de forma similar, não sendo de conhecimento deste autor a existência de um integrante do contexto das nações de destacada atuação militar que não o tenha estabelecido.

A Estratégia Nacional de Defesa (END) dá relevância ao emprego conjunto, à interoperabilidade, às relações interagências, à idealização de novas capacidades, incremento da flexibilidade e à dissuasão; menciona o combate ao terrorismo e às forças irregulares e define a área denominada de entorno estratégico para maior exercício de influência para atingimento dos objetivos propostos na Política Nacional de Defesa (BRASIL, 2020a). Paralelamente, a política externa brasileira tem agido no sentido de aumentar a participação do Brasil no cenário internacional para que passe a ter maior influência nas decisões nele tomadas.

Haja vista que numa análise preliminar, a criação de um Comando Conjunto de Operações Especiais (CCjOpEsp) contribuiria para as diretrizes da END constantes do parágrafo anterior, pretende-se aprofundar a análise inicial para identificar se a criação de um CCjOpEsp, de nível estratégico, permanentemente ativado, poderia contribuir para o incremento do Poder Nacional.

Nesse sentido, este trabalho pretende responder o seguinte problema: de que maneira a criação de um comando conjunto de operações especiais, no nível estratégico, permanentemente ativado, pode contribuir para o enriquecimento do Poder Nacional?

O escopo deste trabalho está limitado às lacunas que viriam a ser preenchidas no Poder Nacional a partir da criação de um CCjOpEsp, de nível estratégico, permanentemente ativado, no Brasil, tomando por base o CCjOpEsp dos EUA (USSOCOM), que foi o primeiro comando deste tipo estabelecido, vindo a se tornar referência mundial, relacionando de que maneira alguns países periféricos adaptaram a estrutura norte-americana para suas realidades. Adicionalmente, este estudo contemplará aspectos do Comando de Operações Aeroespaciais e do Comando de Defesa Cibernética, Comandos Conjuntos permanentemente ativados já existentes no Brasil, para maior riqueza da análise no contexto nacional.

A investigação a ser conduzida abordará conceitos atinentes às FOpEsp e ameaças híbridas para entendimento pelo leitor das razões que fizeram com que as citadas Forças tenham se tornado opção mundial no enfrentamento das ameaças em lide. Também abordará a organização, preparo e emprego das FOpEsp dos EUA e do Brasil, bem como a constituição de CCjOpEsp por outras nações e a documentação condicionante de Defesa. Não serão abordadas a história das guerras, das FOpEsp estrangeiras e nacionais, bem como o arcabouço legal nacional e internacional para emprego das Forças em questão. Essa delimitação decorre da magnitude histórica das Operações Especiais (OpEsp) e por conta da amplitude da discussão legal que gira em torno da definição e enfrentamento do terrorismo no Brasil.

O referencial teórico adotado engloba a visão da Constituição da República Federativa do Brasil do terrorismo (BRASIL, 1988); o destaque que nossa Estratégia Nacional de Defesa dá para a prevenção e combate a essa ameaça, interoperabilidade das três Forças Singulares (FS) e operações interagências (BRASIL, 2020a); o estabelecimento como necessidade do contínuo emprego das Forças de forma conjunta pela nossa Política Nacional de Defesa (BRASIL, 2020a) e Lei Complementar n.º 97 (BRASIL, 1999). Além do posicionamento da Nação sobre as questões supramencionadas, são descritas as características das ameaças contemporâneas e as melhores práticas observadas mundialmente no seu enfrentamento, culminando na reafirmação da importância das FOpEsp como instrumento de escolha no seu combate, sob as diretrizes de um comando de alto nível para trato exclusivo de seus assuntos.

No intuito de se responder o problema elencado, será realizada pesquisa documental e bibliográfica em publicações ostensivas e acessíveis por meio de sites especializados, bem como bibliotecas virtuais e físicas, o que permite a viabilidade

para levantamento dos conceitos inerentes às ameaças contemporâneas, diretrizes vigentes, OpEsp, bem como à organização das FOpEsp no Brasil e nos países considerados, com ênfase nos EUA que tornou CCjOpEsp tendência mundial.

De acordo com a taxionomia de Vergara (2007), a pesquisa será bibliográfica, documental, explicativa e qualitativa. Bibliográfica porque será fundamentada no levantamento do conhecimento disponível em livros, manuais, artigos e redes eletrônicas de acesso livre ao público em geral. Documental porque se utilizará de documentos, relatórios, ofícios e memorandos ostensivos. Explicativa porque o autor buscará tornar o assunto de mais fácil compreensão até mesmo para os não conhecedores da área militar e de Defesa. E, por fim, qualitativa por privilegiar a análise documental e bibliográfica em busca de diferentes visões para aprofundamento do assunto.

Quanto a divisão do trabalho, o segundo capítulo fará a revisão e descrição da literatura sobre a evolução das ameaças, ameaças contemporâneas, definições correlatas e melhores práticas no seu enfrentamento, abordando as características das ameaças e modos de operação de adversários que evidenciem a necessidade de maior interação entre forças e agências, bem como o emprego das FOpEsp no seu enfrentamento. Ainda neste capítulo, será feita revisão da legislação nacional, abordando o repúdio da nossa Constituição Federal ao terrorismo e a promoção de maior interoperabilidade entre as três Forças, de operações conjuntas e interagências pela Política Nacional de Defesa, Estratégia Nacional de Defesa e outros documentos sobre o assunto.

O terceiro capítulo focará nas definições, características, necessidades, capacidades, principais atividades, limitações e mitos atinentes às FOpEsp extraídos de manuais da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e dos EUA, para melhor identificação das razões que fizeram com que países referência em defesa as adotassem francamente no combate às ameaças contemporâneas, conforme explicado na segunda parte deste conteúdo.

Inicialmente, o quarto capítulo estudará o estabelecimento de comandos conjuntos permanentes de nível estratégico no Departamento de Defesa dos EUA (DoD) como medida prática para integração entre as diversas forças e agências que compõem sua Segurança e Defesa, abordando a solução norte-americana para máxima interoperabilidade entre suas Forças Armadas, prontidão para realização de operações conjuntas e incremento do relacionamento interagências. Numa segunda

parte do quarto capítulo, o estudo foca na organização das FOpEsp norte-americanas, com a constituição do USSOCOM em 1987, abordando, de forma tão profunda quanto a extensão deste trabalho permite, sua história, consolidação, organização e iniciativas que provocaram o salto operacional das FOpEsp norte-americanas, provado até então inexecuível sem o estabelecimento de organização militar semelhante.

O quinto capítulo tratará brevemente da organização de FOpEsp de diferentes tipos de países que adotaram o USSOCOM como modelo. Esses países constituíram CCjOpEsp adaptados às suas realidades, alcançando significativos aprimoramentos em múltiplos aspectos de suas FOpEsp - diretamente proporcionais à similaridade de seus CCjOpEsp com o USSOCOM, mostrando que a constituição de CCjOpEsp é válida e possível para significativa parcela das nações, não apenas para superpotências.

No sexto capítulo, será estudada a organização das FOpEsp brasileiras, tendo como ponto de partida a estrutura organizacional do Ministério da Defesa (MD), abordando a representação das FOpEsp no âmbito do MD e os Comandos Conjuntos, permanentemente ativados, já existentes. Na sequência, será vista a doutrina de preparo e emprego conjunto de nossas FOpEsp – considerando definições, princípios, características, fatores de êxito e as concepções de preparo e emprego conjunto. Por fim, serão descritas as organizações das FOpEsp de cada FS, evidenciando a fase em que se encontra a organização das FOpEsp brasileiras na atualidade.

No epílogo, será feita análise de síntese do que foi exposto para apresentação da conclusão do trabalho. Nesse sentido, ao evidenciar o teor das ameaças já enfrentadas em maior ou menor grau pela maioria dos países, mesmo em tempo de paz; o prognóstico de sua intensificação; o caminho adotado por aqueles países que melhor se prepararam para seu enfrentamento até então; o fomento de nossa documentação de Defesa à integração, interoperabilidade, relacionamento interagências e emprego conjunto; bem como a criação de comandos conjuntos permanentes de nível estratégico como solução para alcance das metas promovidas pela Defesa descritas neste parágrafo; este trabalho caminha para o alcance do seu objetivo final, elucidando o leitor quanto à validade da constituição de um comando conjunto de operações especiais, de nível estratégico, permanentemente ativado, e suas possíveis contribuições para incremento do Poder Nacional.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO, AMEAÇAS CONTEMPORÂNEAS, MELHORES PRÁTICAS E DOCUMENTOS DE DEFESA

Este capítulo busca situar o leitor no contexto das ameaças que um Estado enfrenta no mundo atual, evidenciando definições, características, modo de operação, atores, dinâmica e objetivos. Destaca ainda, como melhores práticas no seu enfrentamento, a sinergia de múltiplos setores do governo e da sociedade, orquestrada pela Defesa, necessária para combatê-las com eficácia, bem como a importância do papel das FOpEsp nesse esforço multivetorial, que demanda doutrina eficaz de preparo e emprego conjunto, interoperabilidade e relação interagencial permanente, todas já tidas como caminho a ser seguido nos nossos documentos condicionantes de Defesa.

2.1 A Evolução das Ameaças

Para entendimento, de forma resumida, da evolução da guerra clássica declarada entre Estados para as ameaças multidomínios veladas originadas por atores estatais e não estatais da atualidade, cita-se a teoria das gerações, conforme a seguir, idealizada por Lind (2004). A guerra de primeira geração ocorreu no período entre o século XVIII e início do XIX, sendo exercida pelo Estado nacional, fazendo uso de colunas em batalhas, militares uniformizados e enfrentamento direto em linha, tendo como exemplo as Guerras Napoleônicas. A guerra de segunda geração ocorreu a partir da segunda metade do século XIX, sendo caracterizada pelo atrito e movimento com uso de trincheiras, camuflagem e fogo indireto de artilharia, sendo a Guerra Civil Americana um bom exemplo. A guerra de terceira geração teve início na Primeira Guerra Mundial, mas foi melhor caracterizada na Segunda Guerra Mundial, baseando-se nas táticas de velocidade, manobra e profundidade (*Blitzkrieg*), que se tornaram possíveis pelos avanços tecnológicos da época, para atacar as áreas de retaguarda inimiga e destruir suas forças. A guerra de quarta geração surgiu após a Segunda Guerra Mundial promovida por atores estatais e não estatais com uso de meios de combate e táticas convencionais e não convencionais como forma de compensar a assimetria de forças no conflito, resultando no desenvolvimento dos conceitos de guerra de guerrilha, insurgência e da guerra popular.

Empregando pequenos grupos de combate com elevado nível de flexibilidade,

menor centralização logística com maior capacidade de dispersão, maior ênfase na manobra em detrimento do poder de fogo, a guerra de quarta geração se consolidou como um modo de operação em que o efetivo do mais fraco se oculta facilmente dos grandes efetivos convencionais do mais forte, prolongando o conflito e minando sua base de apoio político e militar através da fragmentação da sua cultura e população, para obter como resultado final a sua destruição interna em vez da sua destruição física, tal qual observado na Guerra do Vietnã (1955-1975). Contudo, as Guerras do Iraque e do Afeganistão na década de 1990 serviram de base para evolução da doutrina das forças estatais no combate às forças não estatais (RODRIGUES, 2020).

A referida evolução resultaria em posterior mudança de paradigma nas Operações *Enduring Freedom* no Afeganistão e *Iraqi Freedom* no Iraque com emprego maciço de FOpEsp no lugar de forças convencionais que, por possuírem características similares às forças irregulares do oponente não estatal, mas maior perícia, passaram a lograr maior percentual de êxito, seja por ações diretas por meio de ataques às bases, núcleos e frações do oponente, seja por ações indiretas por meio de treinamento de nativos para sua execução.

O modo de fazer guerra continua evoluindo em paridade com o desenvolvimento tecnológico. De acordo com Fernandes (2022), a Primeira Revolução Industrial ocorreu nos anos 1700 com o advento da máquina à vapor. Nos anos 1800, ocorreu a Segunda Revolução Industrial com a invenção da eletricidade. A computação foi a responsável pela Terceira Revolução Industrial nos anos 1900. E, na atualidade, vivemos a Quarta Revolução Industrial com o desenvolvimento da inteligência artificial.

No entanto, muitas inovações de peso precederam a inteligência artificial e continuam seu processo de desenvolvimento, trazendo novas capacidades para governos, pessoas jurídicas, pessoas físicas, organizações criminosas, enfim, para qualquer ator: internet, dispositivos móveis, uso de aplicativos, mídia social, transações financeiras online, grande capacidade de armazenamento de dados, GPS, transmissão de dados sem fio, banda larga, para citar alguns.

Esse conjunto extenso de novas capacidades trazidas pela tecnologia digital, acabou por criar um novo ambiente de muitas facilidades, mas também de enfrentamento, dando origem à guerra híbrida tal qual conhecemos hoje (Cullen; Reichborn-Kjennerud, 2017, p. 3).

2.2 Definições Correlatas

Guerra Híbrida

Recentes tecnologias proveram novas e impactantes capacidades à guerra de quarta geração e muitos autores e publicações buscaram definir o fenômeno:

Guerra Híbrida é definida como a combinação dos múltiplos meios de guerra convencional e não convencional, que podem usar forças militares regulares, forças irregulares, forças especiais, guerra econômica, ataque cibernético, diplomacia, propaganda com guerra de informação e apoio a manifestação local (RODRIGUES, 2020, p.31).

A guerra híbrida é o uso de todos os instrumentos de poder para atingir as vulnerabilidades do adversário. Esses instrumentos são divididos em militar, político, econômico, civil e informacional (MPECI) e são empregados em sincronia contra as vulnerabilidades nacionais categorizadas em políticas, militares, econômicas, sociais, informacionais e infraestrutura (PMESII), a fim de provocar mudança no estado comportamental ou físico de um sistema, de acordo com os objetivos políticos pré-determinados (KJENNERUD; CULLEN, 2016, p. 1).

Um terceiro ponto de vista segue abaixo, contido no *Multinational Capability Development Campaign* (MCDC), descreve guerra híbrida como:

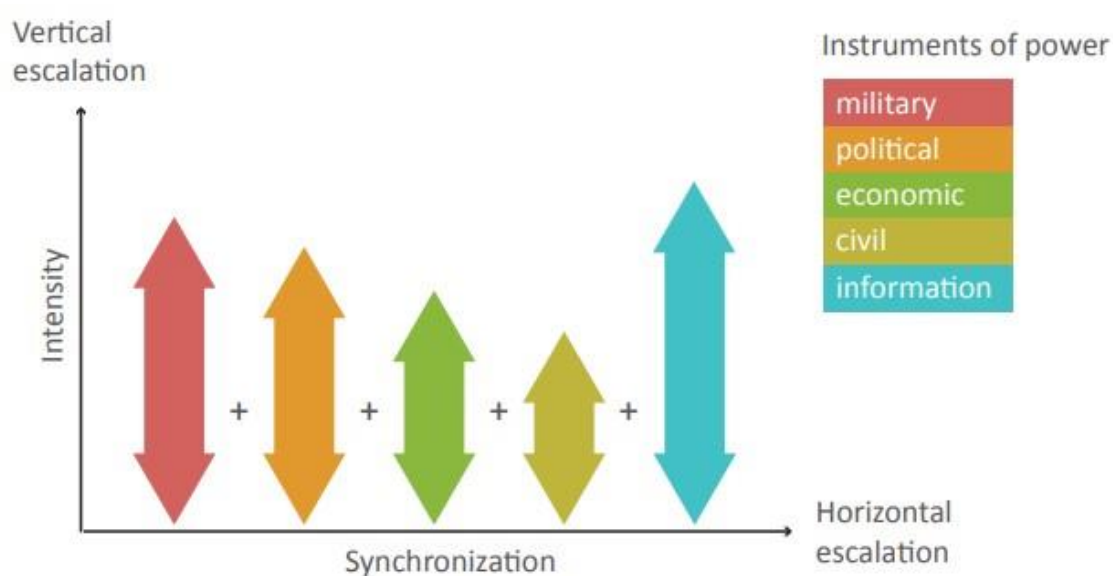
O uso sincronizado de múltiplos instrumentos de poder customizados para vulnerabilidades específicas através de todo espectro das funções sociais para alcançar efeitos sinérgicos (CULLEN; REICHBORN-KJENNERUD, 2017, p.8, tradução nossa).

Ampliando sua definição, Cullen e Reichborn-Kjennerud (2016) acrescentam algumas considerações sobre guerra híbrida: sua compreensão é subdesenvolvida, prejudicando a habilidade de dissuadir, mitigar e responder; sua relativa novidade repousa na habilidade de um ator estatal ou não estatal sincronizar múltiplos instrumentos de poder, explorando criatividade, ambiguidade, não linearidade e os elementos cognitivos da guerra, de forma simultânea e intencional, permanecendo abaixo dos óbvios limites de detecção e resposta, baseando-se na velocidade, volume e onipresença provida pela tecnologia digital; embora atores estatais e não estatais a empreguem, variam largamente em seus meios e ações, porém ambos demonstram a capacidade de sincronizar vários instrumentos de poder, como demonstrado na figura 1 a seguir; a guerra híbrida já é prevalente e largamente disseminada, sendo

provável que venha a se tornar um desafio ainda maior, justificando novos esforços por parte das nações para seu correto entendimento e resposta.

A figura 1 abaixo demonstra como um ator pode sincronizar seus instrumentos MPECI para escalar, vertical e horizontalmente, uma série de atividades específicas para criar efeitos lineares e não lineares. O ator de guerra híbrida pode escalar verticalmente, aumentando a intensidade das ações de um ou mais instrumentos de poder, e/ou escalar horizontalmente, através da sincronia das ações de múltiplos instrumentos de poder para provocar efeitos maiores que os provocados pela escalação vertical de apenas um deles.

Figura 1 – Desenvolvimento da guerra híbrida



Fonte: Cullen; Reichborn-Kjennerud, 2017, p. 9.

Cullen e Reichborn-Kjennerud (2016) citam uma série de razões pelas quais um adversário de guerra híbrida não deve ser analisado como uma ameaça tradicional, baseando-se apenas em suas capacidades e intenções: uso de conjunto amplo de ferramentas e técnicas MPECI, não notadas como originárias de um único autor num processo de avaliação de ameaça tradicional; atinge vulnerabilidades da sociedade alvo de maneiras que não consideramos tradicionalmente; inovação na sincronização de seus meios de forma que somente com base nos instrumentos de poder que um adversário possui, não podemos prever como e em que grau eles podem ser sincronizados para criar certos efeitos; explora intencionalmente ambiguidade, criatividade e nosso entendimento de guerra para fazer com que

ataques permaneçam abaixo do limite de detecção e resposta, prejudicando o processo de tomada de decisão e dificultando reação adequada; provavelmente não será notada até que já esteja em andamento, com efeitos prejudiciais já acontecendo, degradando a capacidade de defesa do alvo; e o uso de diferentes instrumentos de poder em múltiplas dimensões e níveis, de forma sincronizada, resulta na criação de pacotes de ataques sincronizados, cujas ações dependerão das capacidades do ator, das vulnerabilidades identificadas na sociedade alvo, bem como dos objetivos políticos do ator e de seu planejamento para alcançá-los.

Ameaças Híbridas, Zona Cinza, Conflito Híbrido e Competição Contínua

Segundo Bachmann (2011), as ameaças cinéticas e não cinéticas à paz, incluindo guerra cibernética, conflitos assimétricos de baixa intensidade, terrorismo global, pirataria, crime organizado transnacional, desafios demográficos, segurança de recursos, retração da globalização e proliferação de armas de destruição em massa, empregando simultaneamente meios convencionais e não convencionais de forma adaptável em perseguição aos seus objetivos, foram identificadas pela Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) como ameaças híbridas.

A guerra híbrida se dá na zona cinza, que se caracteriza por um conjunto de intensas ações MPECI num conflito que vai além da diplomacia tradicional, porém logo abaixo da guerra convencional (VOTEL, 2016, p.102).

Para Pawlak (2015), conflito híbrido se dá quando as partes em litígio abrem mão de ações militares ostensivas, baseando suas ações numa combinação de intimidação militar, exploração de vulnerabilidades econômicas e políticas, além de meios diplomáticos e tecnológicos para perseguição de seus objetivos.

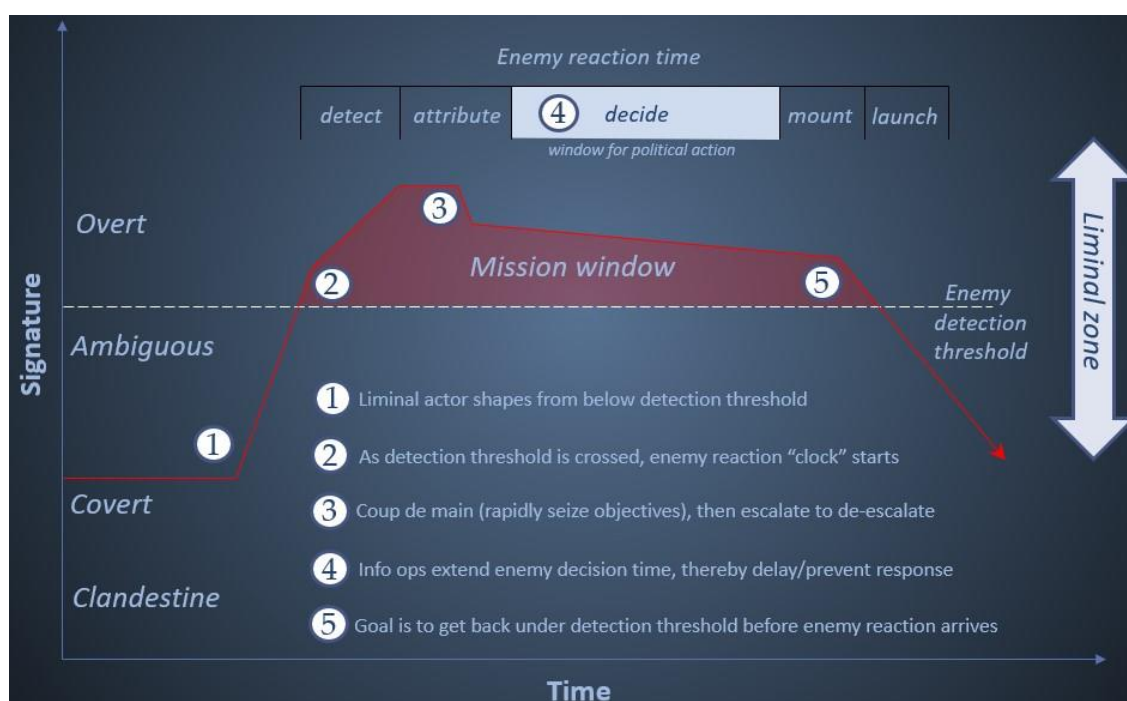
Competição contínua descreve um mundo entre a paz e a guerra que força um Estado a manobrar habilmente com três categorias de relacionamentos estratégicos com atores estatais e não estatais para prevalecer em dada área de interesse: cooperação, competição abaixo do conflito armado e conflito armado. Essas categorias permitem ao planejador estratégico e operacional a adequação das atividades militares ao longo de operações e ambientes estratégicos. Nem sempre ocorrem de forma linear, podendo acontecer simultaneamente, incluindo atividades para reafirmar a cooperação com aliados, dissuadir adversários em competição abaixo do conflito armado, incrementar a coerção de um adversário quando a

competição tende ao conflito e compelir um adversário em conflito ou inimigo na guerra. Tais ações militares devem ser efetuadas em conjunção com ações diplomáticas, informacionais e econômicas para o atingimento e sustentação de objetivos estratégicos (UNITED STATES, 2020, p. I-9).

Guerra Liminar

Para Kilcullen (2019), guerra liminar é o emprego de ações físicas, cibernéticas, econômicas, políticas, informacionais e manobras cinéticas para moldar o ambiente ao longo do tempo, a fim de que se torne favorável à realização de sua ação militar decisiva, ambígua quanto sua autoria, cuja duração é vinculada ao tempo de tomada de decisão do inimigo, de maneira que as tropas do ator já tenham se retirado, com seus objetivos alcançados, por ocasião do lançamento das tropas inimigas, evitando confronto direto. Trata-se da estratégia utilizada pela Rússia para anexação da Criméia em 2014, ocorrida de acordo com a figura 2 explicada a seguir:

Figura 2 – Desenvolvimento da guerra liminar



Fonte: KILCULLEN, 2019.

Observamos o emprego de guerra híbrida na fase 1, com ações clandestinas e dissimuladas abaixo da linha de detecção ao longo do tempo, para moldar o ambiente

de forma que se torne favorável ao emprego cirúrgico de suas tropas em determinado momento. Na fase 2, ocorre o emprego massivo e cirúrgico de tropas descaracterizadas em meio a um ambiente de muita ambiguidade, cruzando a linha de detecção, iniciando a contagem do tempo de reação do inimigo. Na fase 3, o efetivo começa a ser reduzido à medida que objetivos são conquistados e colocados nas mãos de forças amigas locais, já visando sua retirada numa curta janela de tempo. Sua ambiguidade dificulta atribuição da autoria das ações por parte do oponente. Na quarta fase, operações de informação estendem o tempo de tomada de decisão do inimigo, prevenindo ou retardando a mobilização e emprego de suas tropas, permitindo mais tempo para a retirada gradual das forças do ator da guerra liminar. A meta da quinta fase é o retorno abaixo da linha de detecção, finalizando a retirada massiva de suas forças com o cumprimento de sua missão assegurada antes da chegada das tropas inimigas, evitando o confronto direto.

Kilcullen (2019) destaca as características da guerra liminar: modelagem decisiva do ambiente por longo prazo, de forma que o inimigo já tenha perdido quando notar que está em meio a um conflito, sem ter com quem lutar no momento do lançamento de suas tropas; combinação perfeita de manobras físicas, cibernéticas, econômicas, políticas, cinéticas e operações de informação ao longo de um espaço de tempo não determinado pelos sensores do inimigo, mas sim pelo seu processo de tomada de decisão; ambiguidade disruptiva, buscando uma situação obscura, não clandestina ou coberta, para prejudicar a tomada de decisão do inimigo, incrementando a janela de tempo disponível para o cumprimento da missão; escalar para desescalar, empregando suas forças com velocidade, surpresa, violência, para depois negociar, obscurecer e minimizar os acontecimentos; ataque, então barganhe, apresentando o fato consumado ao adversário, para então negociar de uma posição de força, com ações militares estabelecendo as condições para o sucesso diplomático.

2.3 Melhores Práticas e Segurança Multidimensional

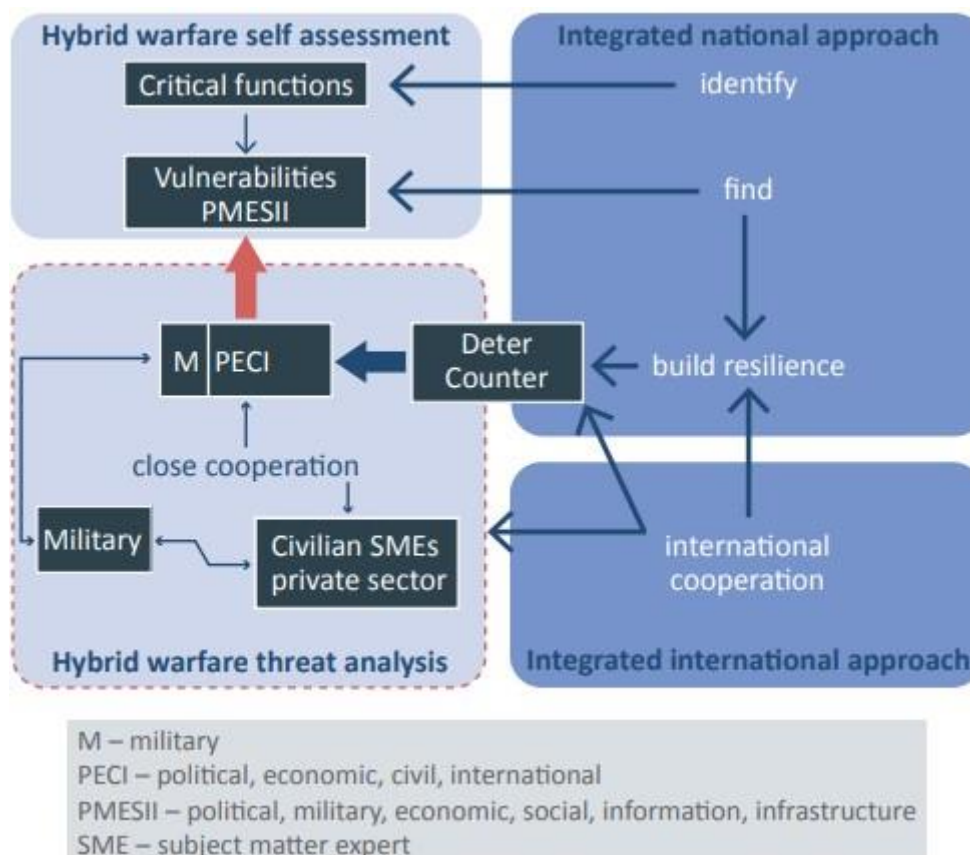
Recomendações no Combate às Ameaças Híbridas

Há múltiplas razões para que Estados nacionais invistam e se preparem para o combate às ameaças híbridas. Além do seu potencial disruptivo e grande desafio

que representa, as tendências de mudança do equilíbrio e difusão de poder, incremento das interdependências entre os países e desenvolvimento tecnológico convergem como oportunidade para atores revisionistas buscarem a neutralização das forças convencionais políticas e militares dominantes. Portanto, devemos testemunhar a intensificação de conflito e competição por meio de guerra híbrida nas próximas décadas (NYEMANN; SORENSEN, 2019, p. 18).

Assim, a noção mais importante é a de que a contraposição à guerra híbrida é atividade de governo como um todo, onde a primeira atitude deve ser a autoavaliação de guerra híbrida (*hybrid warfare self assessment*), identificação de funções críticas e vulnerabilidades PMESII em todos os setores, representada no retângulo superior esquerdo da figura 3 a seguir. Uma vez identificadas, parâmetros de normalidade devem ser estabelecidos e o monitoramento simultâneo em tempo real de todas as vulnerabilidades permitirá a identificação de anomalias sucessivas e/ou em múltiplas instalações, áreas ou serviços que, ao serem reportados a uma central única, tornarão evidente a distinção entre provável atividade de guerra híbrida e um mero incidente.

Figura 3 - Recomendações no combate à guerra híbrida



Fonte: Cullen; Reichborn-Kjennerud, 2017, p. 23.

A figura 3 acima, além de ilustrar o descrito no parágrafo anterior, destaca recomendações adicionais. Dado que a guerra híbrida é sincronizada, sistemática, ameaça permanente e internacional, a resposta também o deve ser, o que torna de fundamental importância a integração nacional permanentemente ativada para seu enfrentamento, representada pela caixa superior direita na figura acima (*integrated national approach*), que deve buscar: a identificação das funções críticas; procura de vulnerabilidades PMESII nessas funções; construção de resiliência, por meio da dissuasão por negação e dissuasão por punição, fazendo uso dos mesmos instrumentos de poder MPECI utilizados para o ataque, identificando suas vulnerabilidades PMESII, planejando e executando contramedidas; busca da integração internacional representada na caixa inferior direita; e desenvolvimento do modelo de análise e resposta de ameaça híbrida da caixa inferior esquerda.

A autoavaliação permite a mitigação de vulnerabilidades pela sua identificação e monitoramento, que tem a importância de prover o alarme o mais cedo possível, permitindo maior consciência situacional e dando mais tempo para o planejamento e execução das contramedidas, minimizando os efeitos do ataque. Seu resultado é o maior grau de dissuasão por negação, através da redução da possibilidade do adversário cumprir seu objetivo, bem como maior grau de dissuasão por punição, pela persuasão do adversário de que o custo imposto pelo atingimento de seu objetivo será proibitivo. Deve haver esforço nacional no sentido de aprimorar as avaliações de atividades de ameaças tradicionais, incluindo ações não convencionais nas esferas MPECI. É crucial que a análise de ameaças passe a considerar como esses meios de ataque MPECI podem ser constituídos num pacote de ataque sincronizado concebido para atingir as vulnerabilidades nacionais (*hybrid warfare treat analysis*) (NYEMANN; SORENSEN, 2019, p. 26-36).

Os mesmos autores destacam ainda que, apesar da dissuasão tradicional por si só ter sido bem sucedida em evitar que os atores revisionistas recorram à agressão armada, ela tem falhado em impedir a guerra híbrida. No entanto, é importante que ela seja mantida e aprimorada para continuar impedindo que os revisionistas partam para a agressão armada e para tornar crível a possibilidade de resposta militar, mas também para contribuir com as medidas de resiliência, dissuasão e prevenção, como parte dos instrumentos de poder MPECI integrados em nível nacional, no contexto de aprimoramento da análise de ameaças tradicionais, contemplando também análise de ameaças de guerra híbrida e seu enfrentamento.

Um relatório do *Allied Command Transformation* segue no mesmo sentido no combate às ameaças híbridas, incluindo uma série de recomendações que envolvem aspectos de sua compreensão; aprimoramento de mecanismos para compartilhamento de informação; engajamento de organizações não militares; e redução das lacunas entre os militares e os agentes de segurança (BERZINS, 2014).

Segurança Multidimensional

As ameaças contemporâneas ao Estado nacional, caracterizadas pela fluidez, volatilidade, incerteza e complexidade, determinam enfoque sistêmico para consolidação de defesa eficaz, cuja instrumentalização vem sendo negligenciada. Talvez, porque a estrutura conceitual que tem orientado o Estado na promoção de segurança e defesa não se preste, efetivamente, para induzir abordagens ecléticas e soluções multidisciplinares. Assim, surge o conceito de “segurança multidimensional” como ferramenta adequada aos novos conjuntos de ameaças à sociedade e suas dinâmicas não lineares. Tem como fundamento doutrinário a formulação de respostas coerentes, convergentes e integradas em todas as expressões do Poder Nacional, permitindo interpretar, de modo assertivo, os perigos advindos de sistemas complexos adaptativos do mundo hodierno (COSTA, 2019, p. 78).

Para Costa (2019), a segurança multidimensional induz de forma objetiva: a articulação entre os poderes constituídos; a gestão executiva apoiada em mecanismos regulatórios formais, capazes de fomentar a dinâmica do ambiente corporativo interagências em todas as instâncias da administração pública; a integração, coordenação, sincronização e avaliação de ações e campanhas empreendidas em todos os campos do Poder Nacional; o desenvolvimento de culturas organizacionais que favoreçam a dinâmica de relações horizontais e transversais; o engajamento da sociedade civil; e a cooperação internacional.

A importância da segurança multidimensional reside no fato dos conflitos atuais envolverem mais do que ações militares de tropas em um campo de batalha. Eles passaram a incluir controle de massas populacionais, luta contra o crime organizado, combate ao terrorismo, operações de informação, cooperação interagências nacionais e internacionais, operações de inteligência... o funcionamento do fluxo de informações e dos níveis de tomada de decisão passaram a ser críticos, determinando um aperfeiçoamento e/ou reestruturação dos sistemas de sensoriamento, processos

de tomada de decisão e forças militares, bem como comando, controle, comunicação, computação e inteligência (C⁴), para redução do tempo decorrido entre a identificação da ameaça e a devida ação de resposta. O resultado dessa reestruturação deve ser rapidez, eficiência e tecnologia, para vigilância, inteligência e tomada de decisões. Tudo, logicamente, respaldado por capacidade de ação, com forças aptas e disponíveis para ações em terra, no ar e no mar (COSTA, 2019, p. 86-87).

O Papel da Defesa na Segurança Multidimensional

Claramente, a ameaça híbrida não pode ser contraposta somente por meios militares. A adequada resposta à dada ameaça demanda composição de múltiplas partes interessadas e agências em conjunto, envolvendo numerosas organizações públicas e privadas, além do setor de segurança e defesa, que deve dar início ao processo, promovendo a integração das capacidades militares, para posterior fomento à integração civil-militar. Desta feita, surge a necessidade de aprimorada cooperação, coordenação e colaboração (C³) entre os múltiplos órgãos, incluindo entidades além da esfera de segurança. Cabe enfatizar também a adaptabilidade e agilidade organizacional necessária para a existência de adequadas capacidades e efetiva C³ num ambiente fluido. Por fim, é necessário o reforço da integridade das organizações de defesa, limitando as oportunidades dos oponentes de influenciar tomadores de decisão. O caminho para a neutralização de ameaças assimétricas passa pela elaboração de estratégia que se baseia em dissuasão, defesa, resposta à agressão, bem como o estabelecimento e manutenção de ambiente estrategicamente favorável, por exemplo, pela formação de parcerias fortes e efetivas baseadas em valores comuns. Em termos de capacidades militares, o foco deve ser em forças relativamente leves, altamente manobráveis, capazes de operar em ambiente urbano e trabalhar com comunidades locais. A capacidade de alcançar e manter conhecimento e informação superiores é fundamental. Para tal, deve haver superioridade em sensores, comunicações, processamento de informação, consciência situacional, cibersegurança, mas também conhecimento superior sobre o “terreno humano”. Dessa maneira, se cria condições para rapidez na resposta que é baseada não somente na prontidão das forças, mas também no processo de tomada de decisão (IANCU *et al*, 2016, p. 29-30).

Segundo Costa (2019), todos os meios a serem empregados para prevenir conflitos ou para enfrentar ameaças difusas e indefinidas devem ser integrados, se tornando fundamentais na preparação militar: a importância do conhecimento; unidades de combate menores e extremamente móveis; elementos de manobra com diferenciada capacidade (tipos de operações e ambiente); flexibilidade organizacional; rápido processo de tomada de decisões; ciência e tecnologia; logística e comunicações; e atualização de táticas, técnicas e procedimentos (TTP).

O futuro aponta para o afastamento de possíveis conflitos estatais de grande intensidade e para maior ocorrência de conflitos de menor intensidade conduzidos por guerrilhas, milícias urbanas, facções criminosas, grupos terroristas, organizações políticas partidárias extremistas, organismos internacionais e pelo crime organizado - atores que crescem exponencialmente no mundo em desenvolvimento. A guerra do futuro é omnidimensional, mesclando conflito convencional com não convencional, guerra regular com irregular e guerra de informações com guerra cibernética. Será cada vez mais necessário aprofundar o uso de operações de informações articuladas ao uso de FOpEsp contra ameaças difusas, com emprego conjunto, em ambiente interagências e, se for o caso, de forma multinacional. O foco na intensificação da atuação de FOpEsp, de tropas mais enxutas e na especialização na guerra irregular levará à ampliação das capacidades para conquista do psicossocial, em associação com as operações de informações (COSTA, 2019, p. 34-35).

2.4 Aprimoramento do Preparo e Emprego Conjunto, Interoperabilidade e Relação Interagencial nos Documentos Condicionantes da Defesa Nacional

A Constituição da República Federativa do Brasil destaca o repúdio ao terrorismo (BRASIL, 1988).

A Política Nacional de Defesa (PND) estabelece:

A necessidade de contínuo aperfeiçoamento das técnicas e da doutrina de emprego das Forças, de forma singular ou conjunta, com foco na interoperabilidade (BRASIL, 2020a).

Com base no disposto na Constituição da República Federativa do Brasil supramencionado, a Estratégia Nacional de Defesa (END) coloca para prevenção e combate ao terrorismo: o aperfeiçoamento do gerenciamento de crises; a integração

de todos os órgãos do Sistema de Inteligência Nacional (SISBIN); a prevenção de atos terroristas, bem como a condução de operações contraterrorismo (BRASIL, 2020a).

A END pontua ainda que, em face das peculiaridades dos conflitos modernos, deve-se considerar, primordialmente, o emprego conjunto das forças, racionalizando-se meios de toda ordem e incrementando-se as capacidades de cada uma delas, por intermédio do uso cinético de suas características e potencialidades, estabelecendo as seguintes Ações Estratégicas de Defesa (AED): aprimorar a integração logística entre as Forças Armadas em benefício e garantia da interoperabilidade; articular as três Forças Singulares, com ênfase na interoperabilidade; incrementar as capacidades das Forças Armadas para emprego conjunto; e incrementar as capacidades das Forças Armadas para atuar em operações interagências (BRASIL, 2020a).

O Livro Branco de Defesa Nacional ressalta que a missão principal do Setor de Defesa é de preparar as Forças Armadas, mantendo-as em condições de serem empregadas, destacando o papel fundamental do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (EMCFA) na execução da END, por ser o responsável por coordenar programas de interoperabilidade, com a finalidade de otimizar os meios militares na Defesa do País. Cita que à Chefia de Operações Conjuntas (CHOC) cabe o dimensionamento dos meios de defesa conjuntos, a formulação e a atualização da doutrina e dos planejamentos estratégicos para emprego conjunto das Forças Armadas. Coloca ainda que a Chefia de Assuntos Estratégicos (CAE) deve acompanhar a conjuntura político-estratégica relacionada à Defesa Nacional e assessorar o Ministro da Defesa nas propostas de cooperação com outros países. E, por fim, estabelece como competência da Chefia de Logística a promoção do processo de integração e a interoperabilidade logística entre as três Forças Armadas, coordenando o planejamento, a execução e o acompanhamento de programas e projetos voltados à integração logística, à mobilização militar e nacional, e às operações conjuntas (BRASIL, 2018).

No mesmo sentido, a Lei Complementar n.º 97, em alinhamento com a END, coloca a importância do emprego conjunto das Forças Armadas, racionalizando-se meios e incrementando-se as capacidades de cada uma delas, por meio do uso sinérgico de suas características e potencialidades (BRASIL, 1999).

A Doutrina de Operações Conjuntas do MD identifica que:

os conflitos atuais tendem a ser limitados, não declarados, convencionais ou não, e de duração imprevisível. As ameaças são fluidas, difusas e também imprevisíveis (BRASIL, 2020b, p.15).

Não somente países hegemônicos são alvos das ameaças supramencionadas. Ameaças híbridas podem ser deflagradas por atores não estatais, incluindo partidos de oposição, organizações criminosas, organizações não governamentais, bem como por atores estatais, que podem atuar por meio daqueles na competição contínua. Ao se inserir na cadeia produtiva mundial, o Brasil tira mercado de concorrentes, se tornando alvo valioso. Um país despreparado sofre sucessivos ataques sem sequer notar, podendo ter seus objetivos nacionais prejudicados. Dado que a participação brasileira no mercado mundial tende a aumentar e que as ameaças híbridas tendem a se intensificar, é mister o aprimoramento imediato de nossa resiliência, dissuasão e resposta, através do desenvolvimento e integração de todos os nossos serviços essenciais, destacando inteligência, cibersegurança e operações de informação; efetivação do preparo e emprego conjunto, do relacionamento interagências e da cooperação internacional; revisão de sua doutrina, organização e processos, bem como aperfeiçoamento de sistemas, visando a adaptabilidade, agilidade organizacional e eficiente gestão da informação, possibilitando fluxo, compartilhamento e análise adequados; a capacitação, interoperabilidade e emprego das FOpEsp já na zona cinza, cabendo à Segurança e Defesa nacionais agirem como catalisadores do estabelecimento da segurança multidimensional, em execução do que já é fomentado pelos documentos condicionantes de Defesa no mesmo sentido.

3 FORÇAS DE OPERAÇÕES ESPECIAIS

No capítulo anterior, foi exposto, de forma breve, que as FOpEsp constituem o instrumento de escolha para a consecução de ações cinéticas contra ameaças híbridas. Quando capacitadas e interoperáveis, configuram-se na ponta de lança afiada cuja precisão e discricção das intervenções na zona cinza serão diretamente proporcionais à eficiência do contínuo fluxo de informações e da agilidade do processo de tomada de decisão, decorrentes da integração da inteligência, cibersegurança, operações de informação, operações psicológicas, do relacionamento interagências, da eficaz gestão da informação, da adaptabilidade e agilidade organizacional alcançadas pelo setor de defesa. Este capítulo versará sobre a conceituação e o emprego das FOpEsp e sua aplicabilidade no cenário atual caracterizado previamente, para o correto entendimento pelo leitor das razões pelas quais as referidas Forças se tornaram o instrumento de escolha pelas nações que se mobilizam contra as ameaças híbridas.

3.1 Conceituação e Emprego

O Glossário de Termos e Definições da OTAN define OpEsp como atividades militares conduzidas por forças especialmente designadas, organizadas, treinadas e equipadas que fazem uso de modos de emprego e técnicas distintas (NATO, 2021, p. 120).

Já o Glossário de Interagências e Termos Associados do Governo dos EUA descreve OpEsp como operações que requerem modos de emprego, táticas, técnicas, equipamentos e treinamento especiais frequentemente conduzidas em ambiente hostil, negado ou politicamente sensível e caracterizadas por um ou mais do seguinte: premida pelo tempo, clandestina, baixa visibilidade, conduzida com e/ou através de forças nativas, requerem conhecimento regional e/ou elevado grau de risco. Ainda define como FOpEsp as forças componentes da ativa e da reserva das Forças Armadas designadas pelo Secretário de Defesa e especialmente organizadas, treinadas e equipadas para conduzir e apoiar operações especiais (UNITED STATES, 2017, p. 867).

Por que FOpEsp são estratégicas? Segundo estudo conduzido pelo *North Atlantic Treaty Organization Special Operations Coordination Center* (NSCC) sobre as

Forças de Operações Especiais da OTAN, FOpEsp são estratégicas por conta de sua habilidade de alcançar objetivos políticos, militares, psicológicos e informacionais que representam instrumentos fundamentais do poder nacional (MELLINGEN, 2010 apud NATO, 2008).

O Manual de Operações Especiais JP 3-05 pontua o seguinte no que se refere às OpEsp: a frequente integração e interdependência entre as FOpEsp fazem que as OpEsp sejam inerentemente conjuntas, demandando permanente treinamento conjunto e combinado entre si, com as forças convencionais, interagências e com parceiros multinacionais; proveem aos comandantes de força conjunta opções discretas, precisas e escaláveis que, quando sincronizadas com atividades de parceiros interagências, podem alcançar os objetivos do governo; requerem únicos modos de emprego, TTP e equipamentos; frequentemente conduzidas em ambientes hostis, negados ou politicamente sensíveis, podendo ter atuação premida pelo tempo, clandestina ou encoberta, mínima presença de forças amigas, trabalho com ou por meio de forças nativas, requisitos importantes de orientação regional e experiência sociocultural, e elevado grau de risco; concebidas em sintonia com a cultura local para criação de efeitos imediatos e duradouros ao longo do ambiente de contínua disputa, contribuindo para prevenir e dissuadir conflitos ou prevalecer na guerra; embora possam ser conduzidas independentemente, a maioria é coordenada com forças convencionais, parceiros interagências, parceiros multinacionais, podendo incluir ações com indígenas, insurgentes ou forças irregulares; podem diferir de operações convencionais em nível de risco estratégico, físico e político e/ou diplomático, técnicas operacionais, modos de emprego, e dependência de apoio dos nativos; tipicamente, complementam operações convencionais, não competem ou as substituem; se baseiam em indivíduos e pequenas unidades que fazem uso de habilidades especiais com adaptabilidade, improvisação e inovação; precisam de apurado planejamento no nível tático, inteligência detalhada, conhecimento da cultura, do idioma da área operacional, e treinamentos e ensaios rigorosos são mandatórios para o seu sucesso; como são conduzidas por pequenas unidades, com capacidades únicas e autossuficiência (por curtos períodos), disponibilizam ao governo uma vasta gama de opções militares, acarretando em menor risco de escalada da crise, normalmente decorrentes do emprego de forças convencionais, maiores e mais visíveis; são comumente preferidas por parceiros internacionais, em função da pequena assinatura em ambientes politicamente sensíveis; e a revisão de lições aprendidas e melhores

práticas feitas por outras unidades é essencial para a avaliação e planejamento de futuras OpEsp e a disponibilidade de tal informação é determinada pelo Chefe do Estado-Maior Conjunto nos EUA (UNITED STATES, 2020).

Adicionalmente, o mesmo Manual faz as seguintes considerações sobre as FOpEsp: frequentemente, conduzem distribuídas operações simultâneas com pequena assinatura operacional e logística distantes das principais bases, empregando sistemas de comunicações sofisticados e vasta gama de técnicas de infiltração, apoio e exfiltração para penetrar e retornar de áreas hostis, negadas ou sensíveis politicamente; certas vezes, FOpEsp requerem apoio de forças convencionais para otimizar a efetividade operacional; o treinamento e desenvolvimento de FOpEsp enfatiza instrução civil, instrução militar profissional, treinamento de língua estrangeira e instrução cultural regional; o pessoal de apoio às FOpEsp recebe instrução adicional através da Universidade Conjunta de Operações Especiais (*Joint Special Operations University – JSOU*) ou das escolas de operações especiais de cada Força Armada; a JSOU e as escolas de operações especiais de cada Força Armada administram instruções que atendem aos requisitos peculiares das FOpEsp que não são atendidos pelos programas de qualificação das Forças Armadas; FOpEsp, rotineiramente, planejam, coordenam e operam com o Ministério de Relações Exteriores (*Department of State – DOS*) e outros departamentos e agências governamentais, organizações internacionais e outras forças nacionais, em função de operações de baixa visibilidade, encobertas e clandestinas demandarem coordenação interorganizacional ou interagências extensiva; FOpEsp passam por rigoroso processo para selecionar candidatos habilitados no gerenciamento de estresse e dificuldade durante a execução de trabalho perigoso em ambientes desafiadores num ritmo implacável. Após a seleção, recebem treinamento para cumprimento de missões específicas para obterem proficiência em habilidades de OpEsp.; e suas capacidades, incluem condução de operações com forças convencionais, parceiros multinacionais e organizações internacionais; trabalho de forma aproximada com militares estrangeiros, autoridades civis e populações; rápido lançamento e provimento de respostas e capacidades customizadas; ganho de acesso a áreas hostis, negadas ou politicamente sensíveis para preparar o ambiente operacional para futuras operações e desenvolver opções para o trato de preocupações nacionais; condução de operações de baixa assinatura em ambientes rudimentares com limitado suporte; comunicação em qualquer lugar do globo com uso

de equipamento orgânico; avaliação de situação local e rápido reporte; e execução de missões de operações especiais usando equipamento não convencional (UNITED STATES, 2020).

As principais atividades de OpEsp são: Ação Direta – envolve ataques de curta duração e outras ações ofensivas de pequena escala para apreender, destruir, capturar, explorar, recuperar ou danificar alvos designados em ambientes hostis, negados ou politicamente sensíveis. Reconhecimento Especial - engloba ações de reconhecimento e vigilância normalmente conduzidas para coletar ou verificar informação de significância operacional ou estratégica. Combate à Proliferação de Armas de Destruição em Massa – busca cercear o desenvolvimento, posse, proliferação, uso e efeitos de armas de destruição em massa, bem como perícia, materiais, tecnologias e meios de distribuição relacionados por atores estatais e não estatais. Contraterrorismo – constitui atividade e operações para neutralizar terroristas e suas redes, tornando-os incapazes de usar violência para instigar medo e coagir governos ou sociedades para atingir seus objetivos. Guerra Não Convencional – conjunto de atividades conduzidas para habilitar um movimento de resistência ou insurgência para coagir, perturbar ou destituir um governo ou poder ocupante pela operação de força de guerrilha, auxiliar e clandestina em área negada. Defesa Interna Estrangeira – refere-se às atividades em apoio a defesa interna de uma nação anfitriã, concebidas para proteção contra subversão, ilegalidade, insurgência, terrorismo e outras ameaças à segurança e estabilidade interna. Assistência às Forças de Segurança – trata-se de um programa do governo que visa a promoção de defesa, segurança e justiça na nação anfitriã. Resgate de Reféns – operação sensível de resposta à crise tipicamente conduzidas contra ameaças terroristas ou em resposta a incidentes com reféns. Operações ofensivas em apoio ao resgate de reféns podem incluir recaptura de instalações, equipamentos e material sensível no exterior. Contrainsurgência – compreende amplo esforço civil e militar no intuito de simultaneamente derrotar ou conter a insurgência e neutralizar suas causas. FOpEsp são essenciais para o sucesso de uma operação de contrainsurgência, dada que qualquer das atividades principais de operações especiais podem ser conduzidas como parte dela. Assistência Humanitária Estrangeira – trata-se de vastas atividades humanitárias realizadas pelo DoD conduzidas no exterior para mitigar o sofrimento humano, doença, fome ou privação. Operações de Informação – disseminam informações e indicadores selecionados para audiências estrangeiras para influenciar

emoções, motivos, raciocínio e, ultimamente, o comportamento de governos, organizações, grupos e indivíduos estrangeiros de maneira favorável aos objetivos do seu emissor. Nos EUA, a preponderância das forças de operações psicológicas que conduzem operações de informação está dentro da organização das FOpEsp. Operações de Assuntos Cíveis – ações planejadas, coordenadas, executadas e avaliadas para aprimorar a consciência das interações com o componente civil do ambiente operacional e gerenciá-la, bem como identificar e mitigar causas subjacentes de instabilidade dentro da sociedade civil, podendo envolver a aplicação de especialistas do governo nacional (UNITED STATES, 2020).

O mesmo Manual destaca as limitações das FOpEsp, ressaltando que não se baseiam em poder combatente massivo, mas em acurada inteligência, buscando evitar sua detecção, alcançando surpresa e precisão para produzir efeitos letais, não sendo estruturadas para guerra de atrição, onde a unidade de esforço entre elementos interagências, forças convencionais e FOpEsp é fundamental. Seu emprego inadequado produz o risco de redução abrupta de capacidade, pois são limitadas e não podem ser reconstituídas ou expandidas rapidamente. FOpEsp são concebidas para apoiar através de realização de missões de baixa assinatura em que os objetivos justifiquem os riscos, de forma que os comandantes devem avaliar cuidadosamente os riscos para as FOpEsp antes de decidirem empregá-las. A fim de preservar as capacidades das FOpEsp, elas não devem ser empregadas na condução de operações onde forças convencionais são mais indicadas para produção dos mesmos efeitos, devendo apenas ser consideradas para missões de relevância estratégica ou operacional que demandem capacidades exclusivas de FOpEsp. A maioria das FOpEsp requerem suporte logístico das forças convencionais, por não serem organizadas com robustos aparatos para sustentação; sua limitada capacidade logística pode demandar apoio também da nação anfitriã e/ou de apoio contratado.

Além das limitações atinentes às FOpEsp expostas acima, cuja não compreensão - resultando em emprego inadequado - pode levar a sua aniquilação, a atividade é cercada de mitos que acabam por trazer retardos ou prejuízos ao seu desenvolvimento. Segundo Svendsen (2014), os mitos a respeito das FOpEsp fazem com que sejam vistas como forças que já nasceram prontas e são capazes de resolver qualquer questão de risco à segurança nacional sozinhas, dispensando qualquer apoio de outras forças e agências, estruturas previamente concretizadas para seu desenvolvimento, bem como rotinas rígidas de treinamento, equipamentos, materiais,

meios de infiltração, ensaios, ciclos operativos específicos para estarem aptos ao cumprimento de suas missões. Portanto, muitos desses mitos terminam por agir contra as FOpEsp, atuando de forma destrutiva, provocando uma enxurrada de retardos no aprimoramento de sua organização, principalmente quando as autoridades decisoras nunca foram seus operadores e nutrem a opinião de que nada do citado neste parágrafo é necessário, por acreditarem que no fim, as FOpEsp darão um jeito de cumprir sua missão, o que se traduz num erro estratégico. Desta feita, dois fatores são necessários para que as FOpEsp estejam em condições de atuar num futuro consideravelmente mais sombrio que o ambiente de segurança atual: entendimento cada vez maior das FOpEsp e gerência efetiva com dedicação exclusiva, concebida de forma criativa, apta a prover recursos e cultura organizacional necessários, para que possam entregar o que potencialmente podem oferecer.

3.2 Instrumento de Escolha na Zona Cinza e Competição Contínua

Embora as definições de OpEsp e FOpEsp variem por nação, o que é mais relevante no estabelecimento da defesa multidimensional é que são referência quase que universal na perseguição de efeitos estratégicos em ambientes politicamente sensíveis, remetendo às características que as tornam a ponta da lança no combate às ameaças híbridas: altamente adaptáveis, acurada apreciação cultural, trabalham com as populações de onde operam e por meio delas, e comumente e prontamente interagem com organizações de fora do ministério da defesa, com parceiros governamentais e não governamentais (NATO, 2020, p. 85).

O papel das FOpEsp em competição contínua em tempo de paz, crise ou conflito está sendo estudado e foca no incremento da resiliência, contribuição para dissuasão e preparação/incorporação de intervenções assimétricas, expandindo o menu de opções para uso de instrumentos militares e não militares de poder que podem ser criativamente aplicados em qualquer contexto. Suas atividades são caracterizadas por precisão, discrição e riscos bem mitigados, oferecendo grande retorno e economia de força quando comparadas com outros instrumentos, representando alternativa viável quando forças militares convencionais podem ser inapropriadas ou escalatórias, sendo dois princípios aplicáveis: seu emprego nos momentos iniciais da crise incrementa a possibilidade de sucesso; e devem ser empregadas onde outros instrumentos militares ou civis forem tidos como incapazes

de criar os efeitos desejados por is só (NATO, 2020, p. 19).

Na competição contínua, FOpEsp proveem a flexibilidade de comprometimento de pequeno efetivo, atuando no campo cognitivo, informacional, físico, cultural, e social do ambiente operacional para influenciar a população local, bem como para encontrar, construir e desenvolver redes de parcerias contra adversários; competir contra adversários agressivos; reduzir risco de escalada de conflitos; e intervir em conflitos ou guerras. Os EUA visam a manutenção de seu *status quo* como potência hegemônica e são alvos de vasta gama de ameaças híbridas, empregando FOpEsp, da seguinte forma ao longo de toda a competição contínua, em todos os níveis da guerra híbrida, e em todas as fases de uma campanha: **na cooperação** - interações no sistema internacional para construção de mútua relação de segurança, desenvolvimento de capacidades de segurança e militares em parceiros multinacionais para autodefesa e para operações multinacionais, atividades que podem influenciar o ambiente operacional, reduzindo tensões entre atores abaixo da linha do conflito armado. **Na competição abaixo do conflito armado** – identificação de ameaças e oportunidades, por meio de sua penetração multinacional, que podem orientar as campanhas em prol dos interesses nacionais; catalisador da integração da força conjunta como um todo pelo seu caráter inerentemente conjunto, estando sempre a frente no quesito integração no cumprimento de tarefas acima das capacidades das forças convencionais; compreensão abrangente das prioridades nacionais, em função do seu caráter estratégico, orientando o desenvolvimento humano e operacional das unidades que venham a fazer parte; exploração de assimetrias entre interesses, estratégias, culturas, posturas, capacidades e relacionamentos nos níveis estratégico, operacional e tático; e emprego de métodos não ortodoxos para aprimorar a dissuasão e disponibilizar aos líderes opções oportunistas para avançar os interesses nacionais na iminência de conflito armado. **Na resposta a crises e operações de contingência limitadas** – rápida resposta a crises de escala limitada, decorrentes de ações competitivas agressivas por parte de adversários, extremismo violento e terrorismo, podendo contribuir com operação de evacuação de não combatentes numa embaixada nacional, por exemplo, com operação de resgate de reféns, operação de contraterrorismo e aplicações indiretas de guerra irregular. **Nas campanhas de combate de grande escala** – provê ao comandante da força conjunta incremento da participação de FOpEsp multinacionais, contribuindo para a melhoria da integração de combate e apoio em disseminação de

influência e desenvolvimento de parceiros de resistência; apoio aos seus objetivos de informação; capacidades de ataque e combate únicas; aprimoramento de ações pós-hostilidades com ações de desenvolvimento civil e de estabilização (UNITED STATES, 2020).

FOPEsp oferecem capacidades únicas, sendo muito úteis no enfrentamento de novas adversidades, em função da natureza de suas operações, flexibilidade, adaptabilidade, disponibilizando à OTAN um instrumento inerentemente ágil completamente adequado para o ambiente operacional dinâmico e ambíguo existente. Alguns exemplos de como FOPEsp podem preencher lacunas no combate da referida ameaça são (BERZINS, 2014):

- Compreensão da guerra híbrida – FOPEsp podem usar seu conhecimento em guerra híbrida para fomentar melhor entendimento no enfrentamento de situações ambíguas. Seu conhecimento tem origem no fato de serem instruídos e treinados para lidarem com o ambiente operacional de maneira a colocarem sua população como foco de suas ações, exigindo mentalidade e capacidade diferente daqueles que buscam derrotar o adversário militarmente. FOPEsp entendem que seu papel é conduzir operações envolvendo subversão, coerção, atrição e exaustão para minar e erodir o poder, a influência e a vontade do adversário.
- Aprimoramento de mecanismos para compartilhamento de informações – A constituição do Comando de Operações Especiais da OTAN (*NATO Special Operations Headquarters* - NSHQ) criou uma rede de recursos e profissionais de OpEsp para compartilhamento de informações, aprimorada pelo esforço do USSOCOM no fomento da rede global de FOPEsp. Essa rede continua a crescer, dado que FOPEsp trabalham regularmente com suas contrapartes aliadas, treinando e participando de exercícios conjuntos para aprimoramento de suas capacidades e interoperabilidade. As FOPEsp da OTAN têm utilizado essa rede para estabelecer sistemas e mecanismos de inteligência e compartilhamento de informações, incluindo sistemas de comunicações que conectam diretamente múltiplos CCjOpEsp de nações aliadas. Cada vez mais exercícios são concebidos para aprimoramento das capacidades de combate no ambiente de guerra híbrida, incrementando a cooperação, o treinamento, a consciência situacional, enquanto oferece a oportunidade de

compartilhamento de informação de diferentes formas em situação ambígua.

- Engajamento de organizações não militares – muitas FOpEsp de países da OTAN adotaram a regular interação com outros ministérios e agências governamentais. A natureza centrada na população de muitas operações das FOpEsp demanda coordenação aproximada com outras agências governamentais, incluindo forças policiais, agências de inteligência, serviços de segurança, agências de desenvolvimento e ministério de relações exteriores. FOpEsp também têm experiência em trabalhar cooperativamente com organizações não governamentais, civis e líderes políticos locais. Portanto, podem facilmente manobrar e se adaptar à maneira de proceder de outras organizações.
- Preenchimento de lacunas entre militares e agências de segurança – FOpEsp têm a habilidade de incrementar e interoperar com polícias e demais forças de segurança, conduzindo muitas das missões das forças policiais, mas de maneira sustentável, além de realizar reconhecimento discreto, empregar táticas coercitivas e subversivas. Em muitos países, FOpEsp mantêm relacionamentos formais e informais com organizações domésticas de contraterrorismo e podem prover suporte de diferentes níveis. Esse relacionamento próximo existe, porque frequentemente há capacidade insuficiente dentro das agências de segurança nacionais para lidar com o desafio do contraterrorismo. Esses estreitamento de laços é mutuamente benéfico, não só pelo compartilhamento de informações resultante, mas pelo suporte provido pelas FOpEsp, dando maior capacidade, amplitude e sustentabilidade às operações policiais, bem como, por outro lado, pelo apoio dado pelas forças policiais em tempo de paz, quando as FOpEsp não podem conduzir vigilância, reconhecimento e operações.

BERZINS (2014) ressaltou a urgência com que a OTAN deveria desenvolver doutrinas e capacidades para conter a guerra híbrida, salientando que tais capacidades já eram existentes dentro das suas FOpEsp. Portanto, os próximos passos incluiriam o desenvolvimento de comum entendimento, começando pela elaboração de terminologia comum. Apontou que o NSHQ, em conjunto com o Comando de Operações Especiais dos EUA na Europa (*United States Special Operations Command Europe* - SOCEUR) e em cooperação com a Universidade

Conjunta de Operações Especiais (*Joint Special Operations University* - JSOU), tem implementado iniciativas para criação de definições amplamente aceitas e comum entendimento do que é requerido para enfrentamento da guerra híbrida, visando identificação de oportunidades de contribuição adicionais das FOpEsp.

A frustração e pesar da Guerra do Afeganistão convenceu a muitos que guerras de guerrilha devem ser lutadas por guerrilhas e que vitória decisiva com emprego de forças convencionais são ilusões. No entanto, FOpEsp cumpriram muitos objetivos mesmo na fase inicial da Campanha. Organizadas em pequenas Forças-Tarefa, FOpEsp trabalharam eficientemente e de forma eficaz, enquanto maiores efetivos de grupos de combate de brigada tenderam a regimentalização e institucionalismo. Comandos e formações convencionais do Exército norte-americano são muito lentos e volumosos para lidar com conflitos pequenos, persistentes e irregulares. Os massivos comandos multinacionais durante as últimas fases das Guerras no Iraque e Afeganistão pareceram produzir um pouco mais que planos colossais para vitórias nunca alcançadas. Além do mais, tais efetivos tendem a causar enormes entraves na vida da população civil e induzir violência contra o governo da nação anfitriã. Forças convencionais são concebidas e instrumentalizadas para destruir a habilidade de um Estado oponente resistir e sempre serão necessários para conflitos armados convencionais. No entanto, guerra irregular precisa ser enfrentada com outras organizações e ferramentas. Dado o exposto, os meios do USSOCOM são mais apropriados para os conflitos persistentes de baixa intensidade, mais prováveis de moldar as operações num futuro próximo, visto que conflitos irregulares continuarão a caracterizar a atmosfera de segurança global (REYNOLDS, 2014, P. 62-63).

Svendsen (2014) segue a mesma linha de pensamento ao ressaltar que a maior parte da contrainsurgência no Afeganistão foi executada por um efetivo muito pequeno de FOpEsp, reafirmando seu persistente valor contemporâneo, incluindo sua atuação de forma estratégica, não meramente operacional e tática. No geral, o uso do 'florete' das FOpEsp dirigidas pelo USSOCOM provou ser mais efetivo que o "cassetete" do emprego de forças convencionais pesadas, de presença massiva, mas cegas para lidar com a vasta gama dos problemas contemporâneos. Tanto de forma proativa quanto de forma reativa, FOpEsp e o que elas podem entregar se tornam mais atrativos que nunca para políticos e tomadores de decisão fatigados por massivas guerras de grande escala, especialmente se as FOpEsp continuarem a executar de forma repetitiva e bem sucedida tarefas cirúrgicas e mais finitas para

neutralização de problemas, tendendo a ser a opção de escolha quando operações convencionais são proibidas por fatores políticos, cortadas por serem caras demais ou julgadas inapropriadas de alguma forma. Ainda segundo Svendsen, os dois elementos mais significativos para a escolha das FOpEsp como instrumento prioritário no ambiente atual, altamente complexo, já descrito neste trabalho, são:

- Economia de força – no sentido de que FOpEsp podem alcançar objetivos estratégicos com efetivos e recursos limitados.
- Expansão das escolhas – que é caracterizada pela disponibilidade do amplo espectro das capacidades da FOpEsp, que permitem a um país o uso de pequena força, com flexibilidade e precisão, cumprindo o efeito desejado com o mínimo de desgaste.

Do visto neste capítulo, depreendemos que as características estratégicas das FOpEsp em permanente prontidão para operação em ambiente hostil, negado ou politicamente sensível; atuação intrinsecamente conjunta, cirúrgica e em pequenos efetivos altamente capacitados; ações clandestinas ou cobertas; natureza flexível e adaptável; e com elevado grau de risco se mostram adequadas ao ambiente de segurança complexo, dinâmico, ambíguo e multidimensional, disponibilizando ao governo vasta gama de opções militares que acarretarão em menor risco de escalada de crise, oferecendo grande retorno e economia de força quando forças convencionais podem ser inapropriadas ou escalatórias. No entanto, vimos que sua prontidão não é incondicional, uma série de caixas devem ser marcadas a longo prazo para alcançá-la, demandando elevado grau de entendimento das FOpEsp pelas autoridades decisoras e alta gerência especializada de dedicação exclusiva para o correto tratamento dos diversos aspectos atinentes a sua preparação e emprego.

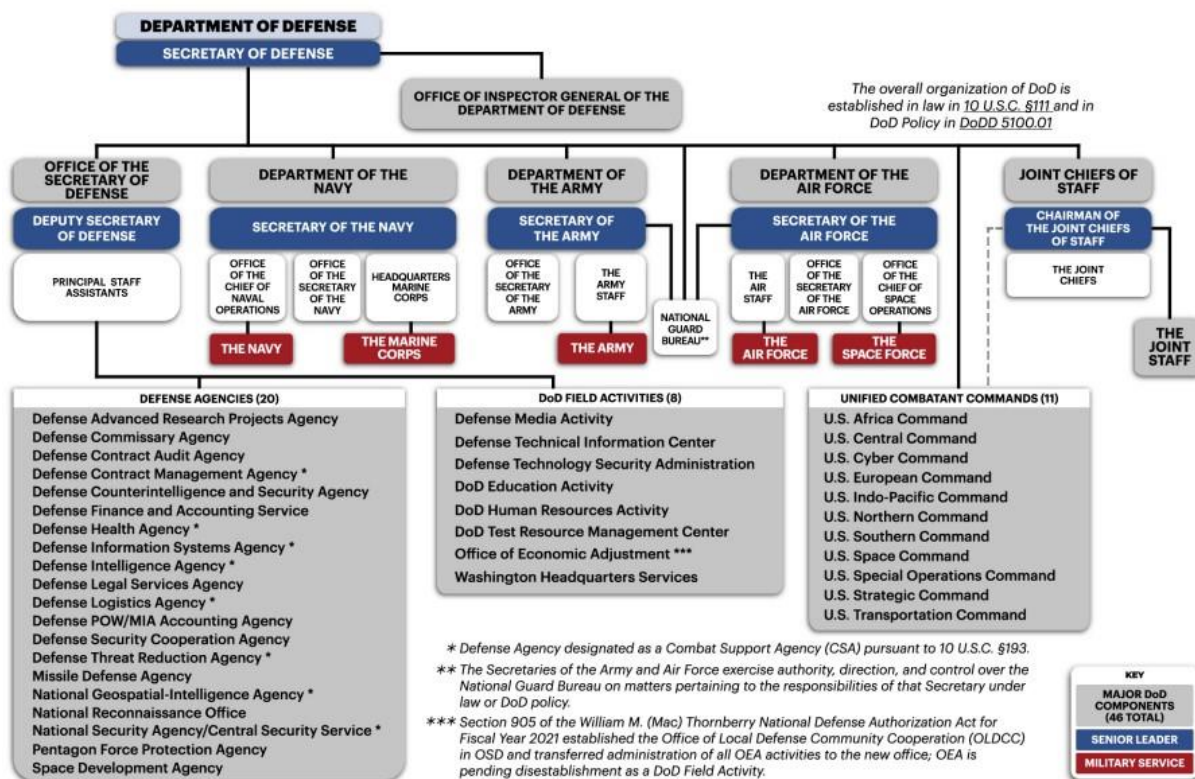
4 ORGANIZAÇÃO DAS FORÇAS DE OPERAÇÕES ESPECIAIS DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

Os EUA foram precursores na tomada de medidas enérgicas ao serem expostos aos prejuízos da falta de interoperabilidade, integração e doutrina falha de emprego conjunto de suas FOpEsp, bem como à realidade das ameaças híbridas, em função de seu envolvimento em sucessivos conflitos externos, angariando a oposição de vasta gama de atores. Assim, vêm conduzindo profunda revisão de sua estrutura organizacional estratégica de defesa, visando um salto na integração de todos os setores envolvidos, das capacidades e interoperabilidade das FOpEsp, relacionamento interagências e compartilhamento de informações com nações aliadas, tudo passando a ser estabelecido de forma permanente e não mais episódica, em constante aperfeiçoamento para o alcance de adequada resiliência, dissuasão e resposta à guerra híbrida, em linha com as boas práticas já consideradas neste trabalho. Nesse sentido, este capítulo descreverá inicialmente a solução adotada no Departamento de Defesa norte-americano (*Department of Defense* – DoD) para integração de setores estratégicos. A partir daí, será abordada a organização das FOpEsp norte-americanas, que seguem a mesma linha com a criação do USSOCOM.

4.1 Departamento de Defesa

O processo de integração das FS dentro do DoD já vem ocorrendo muito antes da maior repercussão do termo “guerra híbrida”. O DoD operava com o emprego independente das FS, passou para a composição de Forças-Tarefas Conjuntas, compostas por forças componentes e, na atualidade, constitui comandos conjuntos estratégicos, diretamente subordinados ao Secretário de Defesa. A razão para a criação de comandos conjuntos estratégicos é que as falhas operacionais continuavam a acontecer com a mera constituição episódica de Forças-Tarefas Conjuntas para a solução de dado problema militar, haja vista que, até sua constituição, não havia suficiente gerência integrada permanente em setores estratégicos que permitisse o adequado enfrentamento de ameaças contínuas, nem o ininterrupto preparo para a interoperabilidade eficaz dos meios adjudicados à Força-Tarefa Conjunta. Desta feita, os atuais comandos estratégicos conjuntos do DoD são denominados Comandos Combatentes Unificados, conforme ilustrados na figura 4:

Figura 4 - Organização Estrutural do DoD



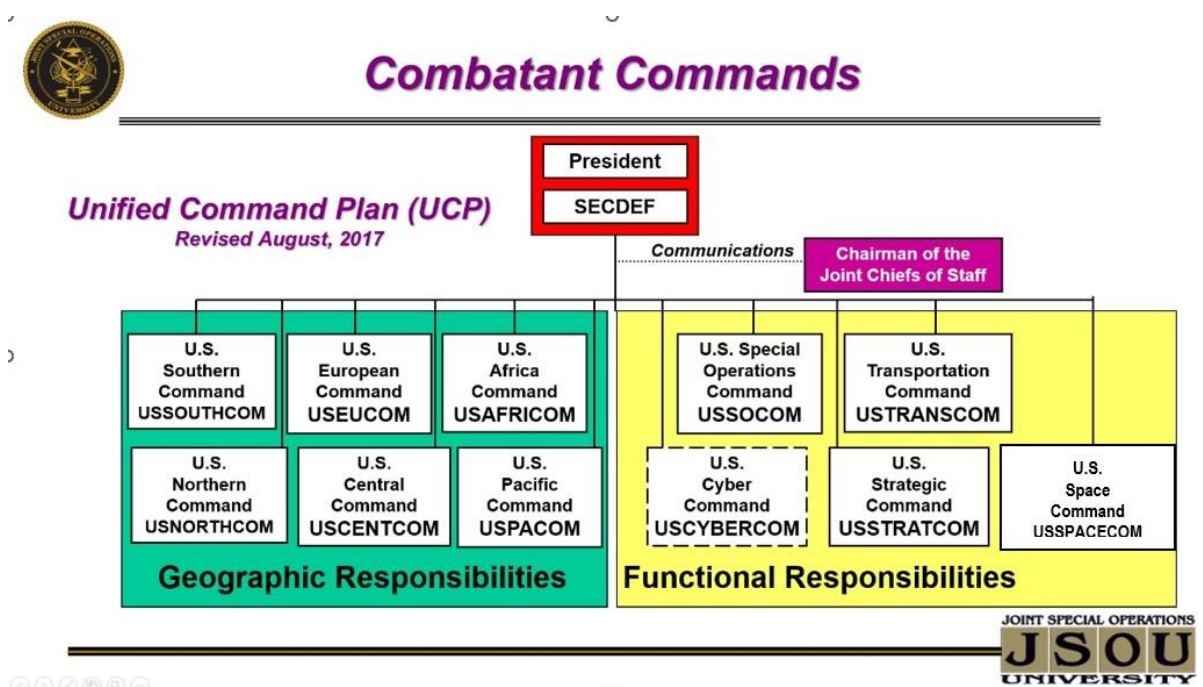
Fonte: UNITED STATES, 2021, p. 15.

Cabe destacar na figura acima que, para o atingimento do grau de integração atual, não apenas as FS, o Estado-Maior Conjunto e a Secretaria de Defesa são diretamente subordinados ao Secretário de Defesa, mas também onze Comandos Combatentes Unificados permanentes. Outro fator que deve ser ressaltado é a composição da Secretaria de Defesa, com vinte agências de defesa e oito atividades de campo do DoD diretamente sob sua subordinação. A linha contínua representa relação de subordinação e a tracejada de coordenação.

Na figura 5 abaixo, visualizamos melhor os onze Comandos Combatentes e sua subordinação. O retângulo verde inclui os seis Comandos Combatentes Geográficos que têm a responsabilidade de empregar, de forma eventual, as forças conjuntas norte-americanas nas suas respectivas áreas de responsabilidade no globo, quais sejam: USSOUTHCOM (*U.S. Southern Command*), USNORTHCOM (*U.S. Northern Command*), USEUCOM (*U.S. European Command*), USCENTCOM (*U.S. Central Command*), USAFRICOM (*U.S. Africa Command*) e USPACOM (*U.S. Pacific Command*). Destaca-se que o USNORTHCOM é o Comando Combatente Geográfico responsável pela defesa do território norte-americano, incluindo aí sua defesa

aeroespacial. No retângulo amarelo, observamos os cinco Comandos Combatentes Funcionais responsáveis pelo gerenciamento permanente de todos os aspectos atinentes ao seu setor estratégico. Os Comandos Combatentes Funcionais são os seguintes: USSOCOM (*U.S. Special Operations Command*), USTRANSCOM (*U.S. Transportation Command*), USCYBERCOM (*U.S. Cyber Command*), USSTRATCOM (*U.S. Strategic Command*) e USSPACECOM (*U.S. Space Command*).

Figura 5 - Comandos Combatentes



Fonte: DOAN, 2019.

4.2 Comando de Operações Especiais

Histórico

A criação de cada um dos Comandos Combatentes supramencionados se deu em contexto, janela temporal e maneira específicos para correção de falhas operacionais em setores e regiões estratégicos ao longo da extensa história de emprego real das Forças Armadas norte-americanas. Neste tópico, será abordada a criação e a organização daquele que está no contexto deste estudo: o USSOCOM.

Segundo Dunn (2015), o caminho para a obtenção e manutenção da capacidade de FOEsp realmente conjuntas foi tortuoso e não foi percorrido sem

fatalidades, decorrente da resistência para sua aceitação como necessidade. O USSOCOM não surgiu da inconfundível necessidade militar de enfrentar conflitos de baixa intensidade, mas da forte resistência do DoD de reconhecer e lidar com essa necessidade, enquanto mergulhado no incorreto foco das possibilidades convencionais da Guerra Fria e na sua dogmática insistência na estratégia e meios convencionais. Nesse ínterim, uma série de conflitos de baixa intensidade emergiu, evidenciando a falta de preparo das FOpEsp norte-americanas, que haviam sofrido corte de 95% no seu orçamento pelos chefes das FS após a Guerra do Vietnã, quando haviam recebido muitos recursos, mas não tinham a correta organização para triunfar. A referida falta de preparo provocou a intervenção do Congresso na questão, resultando na criação do Comando Combatente que vinha sendo defendido pelas FOpEsp norte-americanas desde seu emprego no Laos, Cambodia e Vietnã.

O evento crítico para a eventual revitalização e reorganização das FOpEsp norte-americanas foi a Operação *Desert One*, a fracassada tentativa de resgate de reféns norte-americanos no Irã em 1980. Dada a complexidade da missão, houve insuficiente interoperabilidade entre as FOpEsp de quatro diferentes Forças Armadas, provocada pela divisão de missões e protetorado de feudos dentro do DoD, em vez da criação de organização perpétua e exclusivamente dedicada a se manter capaz de cumprir tão desafiadora missão (DUNN, 2015, p. 22). O relatório da missão ao Congresso apontou então como uma de suas falhas que:

Por não utilizar a organização de uma Força-Tarefa Conjunta existente, o Chefe do Estado-Maior teve que iniciar, literalmente, do começo o estabelecimento de uma Força-Tarefa Conjunta, criar uma organização, providenciar um Estado-Maior, desenvolver um plano, selecionar os meios e treinar a força para que só então as primeiras capacidades operativas para a missão pudessem ser alcançadas (UNITED STATES, 1980, p. vi, tradução nossa).

Significando que a Operação foi fadada ao fracasso já por conta da estrutura organizacional do DoD, “compartimentada e baseada em arranjos *ad hoc*”, recomendando a criação de um permanente “Painel de Assessoria de Operações Especiais” (UNITED STATES, 1980, p. 15). Sua função seria melhor informar planejadores e legisladores das possibilidades e limitações das forças não convencionais. O Pentágono criou rapidamente o Painel em lide e a Força-Tarefa Conjunta de Contraterrorismo, mas nenhuma dessas organizações contribuiu de fato para a interoperabilidade das FOpEsp. O aumento do número de sequestros entre o

final dos anos 70 e início dos anos 80, os conflitos de baixa intensidade como a maneira de enfrentar uma superpotência, bem como o investimento maciço dos soviéticos nas suas FOpEsp, evidenciavam que FOpEsp continuariam a ser necessidade, mesmo diante da ameaça da guerra nuclear. No entanto, os EUA seguiram muito bem preparados para o menos provável dos conflitos (guerra nuclear) e pobremente preparados para o mais provável deles (conflitos de baixa intensidade). As duas organizações supracitadas proporcionaram modesto aumento de verbas do Congresso para as FOpEsp. De 1981 a 1985, suas verbas subiram de 0.1% para 0.3% do orçamento do DoD. No entanto, os chefes das FS realocaram esses recursos para projetos ligados ao emprego das forças convencionais, a despeito da supervisão do Congresso. A inabilidade do Congresso de controlar fundos destinados às FOpEsp, por estarem dentro das FS, aumentou a vontade política para criação do USSOCOM (DUNN, 2015, p. 22-25).

A invasão de Granada em 1983 também foi importante para a criação do USSOCOM, com suas lições aprendidas destacando inteligência inadequada, fogo amigo evitável, completa inoperância das comunicações entre as FOpEsp envolvidas e até mesmo delas com suas próprias FS, além de falhas no emprego das FOpEsp pelos comandantes convencionais, decorrentes de numerosos equívocos na compreensão de fundamentos atinentes as suas táticas e capacidades. Tais revelações fizeram o Senador Sam Nunn declarar que:

Ao se olhar de perto a Operação de Granada, só é possível concluir que, a despeito da performance das tropas individuais que lutaram bravamente, as Forças Armadas norte-americanas têm sérios problemas para conduzir operações conjuntas. Nós fomos sortudos em Granada; podemos não ter a mesma sorte da próxima vez (NUNN, 1985, p.15, tradução nossa).

Inacreditavelmente, a experiência em Granada não mudou a atitude do DoD e dos chefes das FS, que continuaram a considerar FOpEsp periféricas para os interesses, missões, objetivos e tradições que consideravam como essenciais. Sua resistência advinha de previsível raciocínio, incluindo exagerada estimativa da probabilidade de guerra convencional na Europa para valorização das forças convencionais, de que prontidão convencional resultaria em capacidade para lidar com ameaças menos consideradas, tradicional desconfiança de uma organização

elitista, e a pervasiva e persistente crença de que FOpEsp revigoradas mergulhariam o País em um novo Vietnã. Isso fez com que legisladores chave no Congresso começassem a exercer papel mais ativo no ataque às causas dos problemas militares, por estarem cada vez mais certos que estavam enraizados na estrutura organizacional do DoD de então, passando a defender não mais uma modesta reforma, mas a total reorganização das FOpEsp que deu origem ao USSOCOM (DUNN, 2015, p. 26-32).

Em consequência do exposto, a *Public Law* 99-661, também conhecida como Emenda Nunn-Cohen, nome de seus maiores defensores no Congresso, foi aprovada estabelecendo o seguinte: a criação de um Secretário Assistente de Defesa para Operações Especiais e Conflitos de Baixa Intensidade; a composição de um comando combatente unificado para FOpEsp (USSOCOM) e a colocação de todo o pessoal de OpEsp da ativa e da reserva sob seu comando; a nomeação de um Oficial-General de quatro estrelas para o exercício de seu Comando; a gerência de pessoal e de recursos financeiros pelo Comandante do USSOCOM, sendo que somente o Secretário de Defesa, em consulta com o Comandante do USSOCOM, fica autorizado a impor restrições orçamentárias aos montantes aprovados pelo Congresso; a determinação de que o representante mais antigo de operações especiais nos demais comandos combatentes unificados seja um Oficial-General; e o estabelecimento de um Quadro para Conflitos de Baixa Intensidade dentro do Conselho de Segurança Nacional que o Senado recomendou que fosse dirigido pelo novo Deputado Assistente do Presidente para Assuntos de Segurança Nacional para Conflitos de Baixa Intensidade (UNITED STATES, 1986).

Consolidação

A *Public Law* 99-661 não encerrou a batalha pelo estabelecimento do USSOCOM. Após uma década de onipotência estrutural e orçamentária, as forças convencionais dentro do DoD fizeram uma orquestrada, mas ultimamente fútil, tentativa de resistir à implementação da Emenda Nunn-Cohen. A extrema lentidão do DoD na tomada das medidas determinadas, a tentativa da Marinha de reter sua FOpEsp sob seu comando, a designação de pessoal inexperiente em operações especiais para compor os quadros do USSOCOM, a designação de um opositor para Secretário Assistente de Defesa para Operações Especiais e Conflitos de Baixa

Intensidade, a letargia na designação do primeiro comandante do novo Comando Combatente e o continuado desvio de fundos alocados para o USSOCOM pelos chefes das FS compuseram alguns dos atos de resistência. No entanto, naquele ponto, o Congresso já estava investido na garantia do futuro do USSOCOM como provedor de capacidades para respostas proporcionais às, cada vez mais presentes, ameaças de baixa intensidade. Medidas adicionais foram aprovadas como *Major Force Program* (MFP) 11 para proteger as verbas do USSOCOM das FS famintas por recursos, as *Public Laws* 100-180 e 1000-456 que descreveram detalhadamente as expectativas do Congresso, além de sua supervisão acirrada sem precedentes, continuaram a formatar e reformatar a missão, o emprego e a organização do USSOCOM pelos anos 90 adentro (DUNN, 2015, p. 33-35).

Organização

Criado em 16 de abril de 1987, sua missão é desenvolver e empregar FOpEsp integralmente capazes de conduzir atividades e operações especiais globais como parte de uma força conjunta para apoiar duradouras, interligadas e dispersas campanhas e operações dos comandos combatentes geográficos contra atores estatais e não estatais, para proteger e avançar objetivos e políticas norte-americanas. Tem como prioridades: competir e vencer pela Nação, preservar e aprimorar a prontidão, inovar para ameaças futuras, avançar parcerias e fortalecer seus integrantes e familiares. São atividades principais das FOpEsp: Reconhecimento Especial (*Special Reconnaissance* – SR), Ação Direta (*Direct Action* – DA), Guerra Não Convencional (*Unconventional Warfare* – UW), Contraterrorismo (*Counterterrorism* – CT), Resgate de Reféns (*Hostage Rescue and Recovery*), Contrainsurgência (*Counterinsurgency* – COIN), Operações de Informação (*Military Information Support Operations* – MISO), Combate à Proliferação de Armas de Destruição em Massa (*Countering Weapons of Mass Destruction* – CWMD), Defesa Interna Estrangeira (*Foreign Internal Defense* – FID), Assistência de Força de Segurança (*Security Force Assistance* – SFA), Assistência Humanitária Estrangeira (*Foreign Humanitarian Assistance* - FHA) e Assuntos Cívicos (*Civil Affairs* – CA). São atribuições do USSOCOM: desenvolver estratégia, doutrina e táticas de operações especiais; preparar e submeter proposta orçamentária para as FOpEsp; exercer autoridade, direção e controle sobre os gastos de OpEsp; treinar forças designadas;

conduzir cursos de instrução especializados; validar requisitos; estabelecer requisitos prioritários; assegurar interoperabilidade de equipamentos e forças; formular e submeter requisitos de apoio de inteligência; monitorar promoções, comissões, retenções, treinamento e educação militar profissional dos oficiais de operações especiais; assegurar prontidão para o combate das FOPesp; monitorar a preparação das FOPesp para cumprimento de missões atribuídas; desenvolver e adquirir equipamentos, materiais, suprimentos e serviços peculiares de operações especiais; exercer o comando e o controle das FOPesp baseadas em território norte-americano; prover FOPesp aos comandos combatentes geográficos; e cumprir atividades especificadas pelo Presidente ou Secretário de Defesa (UNITED STATES, 2022, p. 12-14).

O USSOCOM possui efetivo atual acima de 70.000 integrantes, contando com militares da ativa, da reserva e contratados, sendo cerca de 2.500 apenas no Quartel General. Tem como componentes os comandos de operações especiais das quatro FS (*US Army Special Operations Command – USASOC, Air Force Special Operations Command – AFSOC, Naval Special Warfare Command – NAVSPECWARCOM e Marine Corps Forces Special Operations Command – MARSOC*), o Comando de Operações Especiais Conjunto (*Joint Special Operations Command – JSOC*) e os Comandos de Operações Especiais de Teatro, denominados *Theater Special Operations Command - TSOC (Special Operations Command South – SOCSOUTH, Special Operations Command Korea – SOCKOR, Special Operations Command Africa – SOCAFRICA, Special Operations Command Central – SOCCENT, Special Operations Command Pacific – SOCPAC, Special Operations Command North – SOCNORTH e Special Operations Command Europe – SOCEUR)* (UNITED STATES, 2022, p. 12-43).

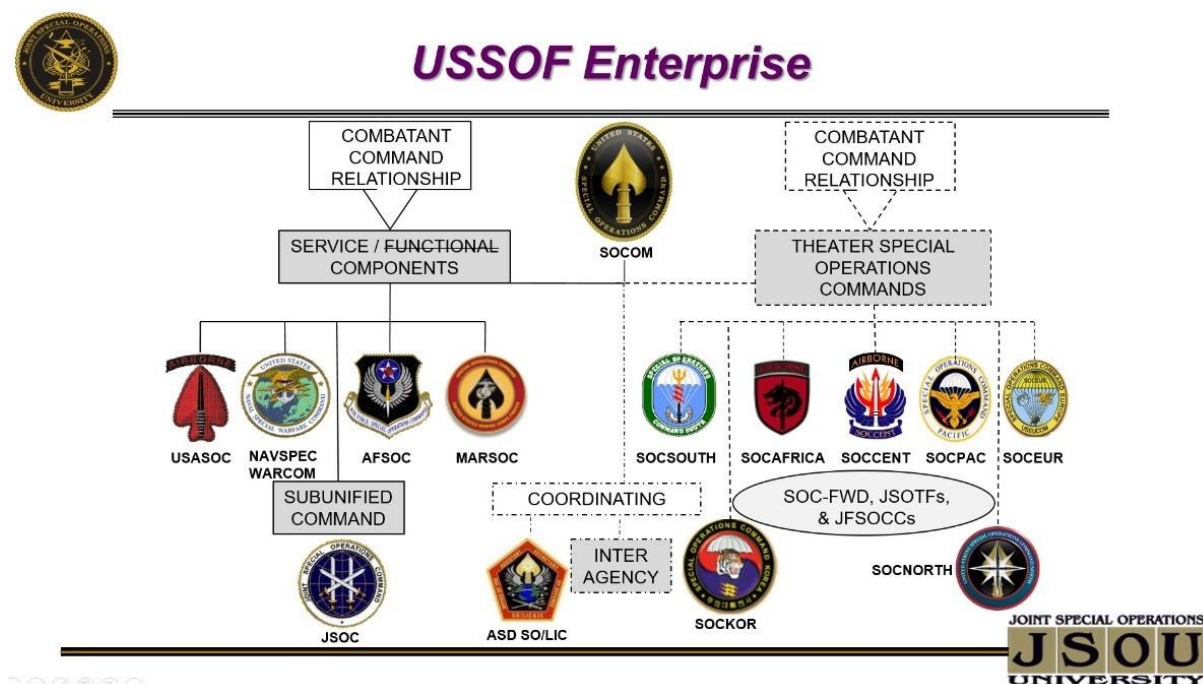
O USASOC foi criado em 1989, tem efetivo total de aproximadamente 35.000 e é integrado por: *Special Forces (Green Berets), Rangers, Special Operations Aviators, Civil Affairs Soldiers, Psychological Operations Units, Training Cadre e Sustainment Soldiers*. O NAVSPECWARCOM foi criado em 1987, possui efetivo total de aproximadamente 10.500 e é integrado por: *Sea Air Land (SEALs), Special Warfare Combatant-craft Crewmen (SWCC) e enablers*. O AFSOC foi estabelecido em 1990, é guarnecido por um efetivo total de aproximadamente 16.800 e é composto por: *Special Tactics, Special Operations Aviators e Support Air Commandos*. O MARSOC foi criado em 2006, efetivo de aproximadamente 3.500, sendo integrado por: *Critical*

Skills Operators/Special Operations Officers, Special Operations Independent Duty Corpsmen, Special Operations Capabilities Specialists e Combat Service Support Specialists. Por fim, o JSOC foi estabelecido em 1980, seu efetivo não é divulgado e é composto por duas Unidades de Missões Especiais (*Special Mission Units – SMU*), quais sejam: *Delta Force* e *SEAL Team 6* (também conhecido como *Development Group - DEVGRU*) (UNITED STATES, 2022, p. 20-36).

Cabe ao USASOC, NAVSPECWARCOM, AFSOC e MARSOC a formação das FOpEsp em suas respectivas competências e o cumprimento de ciclo operativo após sua formação, incorporando novos equipamentos providos pelo USSOCOM e novas TTP criadas no JSOC, por meio de seus centros de instrução e áreas de adestramento subordinados e equipados pelo USSOCOM, com algumas qualificações feitas em conjunto nas instalações de uma só Força. As tarefas do JSOC são: compor a Força de Emprego Rápido com a *Delta Force* e o *SEAL Team 6*, testar equipamentos e desenvolver TTP para seu emprego, aprimorar a integração e interoperabilidade das demais FOpEsp. Os TSOCs são comandos subunificados do USSOCOM sob controle operacional dos Comandos Combatentes Geográficos e têm normalmente como organizações subordinadas as Forças-Tarefas Conjuntas de OpEsp, o componente aéreo conjunto de OpEsp e o destacamento de sinais de OpEsp. O Comandante do TSOC serve como assessor de OpEsp ao Comandante do Comando Combatente Geográfico que compõe e sua responsabilidade primária é o exercício de controle operativo das FOpEsp que conduzem operações, exercícios e cooperação de segurança na área de responsabilidade do respectivo Comando Combatente Geográfico, que envolvem treinamentos sobre as especificidades locais, manutenção de requisitos operativos e emprego propriamente dito (DOAN, 2019).

No início dos anos 2000, o USSOCOM já havia resolvido a questão da interoperabilidade e emprego conjunto das FOpEsp norte-americanas. Com a ocorrência do ataque de 11 de setembro de 2001 e a apuração que a falta de comando e controle, e coordenação interagências do próprio governo foi o fator que dificultou tanto a prevenção do ataque quanto melhores respostas a ele, o USSOCOM passou a ser designado coordenador dos esforços norte-americanos contra o terrorismo. Fruto do seu sucesso, vem ganhando novas responsabilidades. Atualmente, o USSOCOM também é o coordenador dos esforços norte-americanos no combate à proliferação de armas de destruição em massa e operações de informação (DOAN, 2019).

Figura 6 – Estrutura Organizacional do USSOCOM



Fonte: DOAN, 2019.

A figura 6 sintetiza a organização do USSOCOM. A linha contínua indica subordinação, tracejada representa comando operativo e pontilhada coordenação.

Em resumo, os comandos de operações especiais das Forças Armadas - na parte esquerda da figura - exercem o controle operativo das FOpEsp que estão em formação e preparação geral (ciclo operativo). Os comandos de operações especiais de área (TSOCs) – na parte direita da imagem – exercem o controle operativo das FOpEsp adjudicadas pelo USSOCOM para preparação específica e emprego em sua área (*deployment*). O USSOCOM exerce o comando operativo de todas as FOpEsp, onde quer que estejam. Os comandos de operações especiais das Forças Armadas também exercem o controle administrativo das FOpEsp que formam, de acordo com as diretrizes e sob monitoramento do USSOCOM no que se refere à carreira dos operadores de FOpEsp. Cabe observar na parte central da imagem que o USSOCOM exerce a coordenação interagências, concentrando representantes das múltiplas agências na célula denominada *Interagency*, assim como enviando seus representantes para aquelas agências. Realiza coordenação também com o nível político, por meio do Secretário Assistente de Defesa para Operações Especiais e Conflitos de Baixa Intensidade (*Assistant Secretary of Defense for Special Operations and Low Intensity Conflict* – ASD SO/LIC).

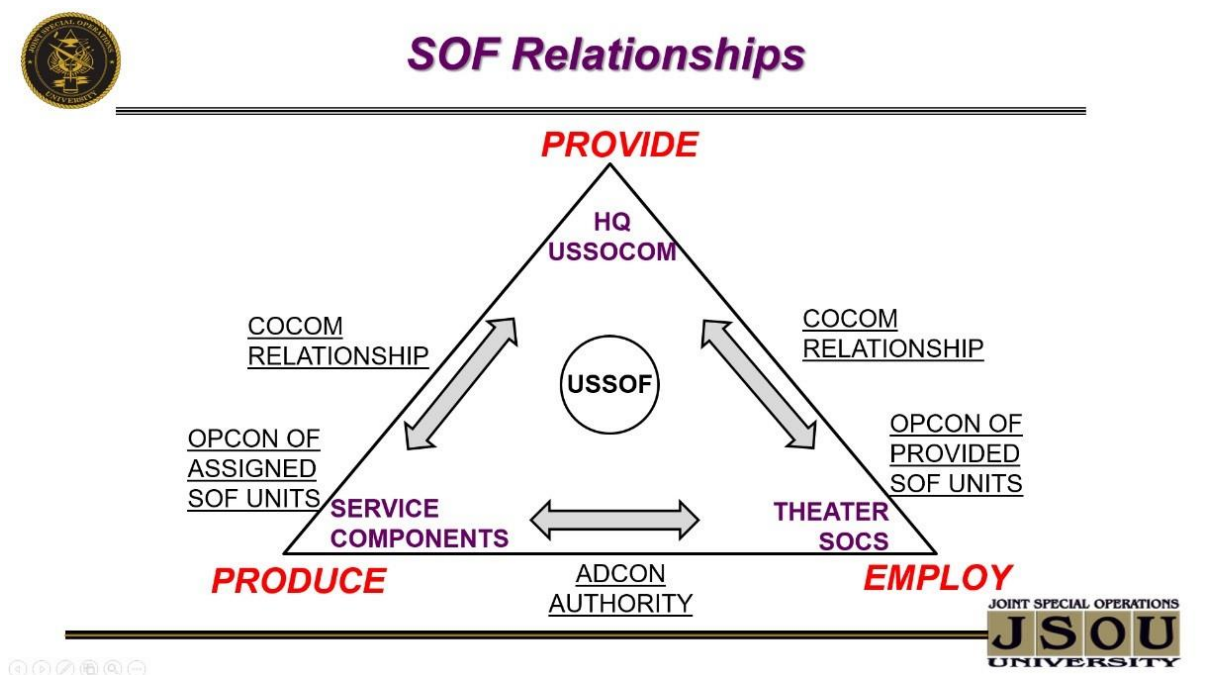
A figura 7 abaixo demarca as áreas de responsabilidade de cada TSOC.

Figura 7 – Área de Responsabilidade dos TSOCs



Fonte: DOAN, 2019.

Figura 8 – Relacionamento das FOpEsp com USSOCOM/Comandos Componentes



Fonte: DOAN, 2019.

A figura 8 ilustra o relacionamento das FOpEsp com o USSOCOM e comandos componentes para melhor entendimento. COCOM significa comando operativo, OPCON indica controle operativo e ADCON controle administrativo.

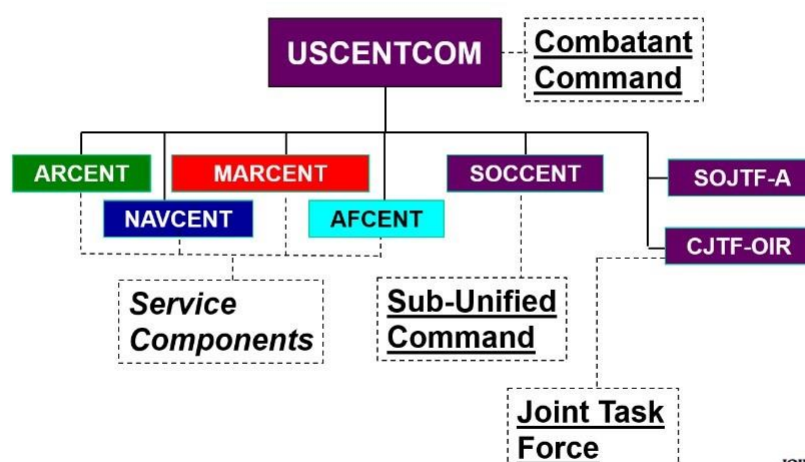
O incremento da importância do USSOCOM resultou em incremento de sua verba, que já atinge cerca de 2% do orçamento do DoD, parcela vinte vezes maior que a recebida em 1981 (DOAN, 2019).

O emprego das FOpEsp adjudicadas pelo USSOCOM aos Comandos Combatentes Geográficos se dá conforme a figura 9, que demonstra a organização do USCENTCOM, que é composto por quatro Forças Componentes: ARCENT (*Army CENT*), NAVCENT (*Navy CENT*), MARCENT (*Marines CENT*) e AFCENT (*Air Force CENT*). Elas são responsáveis pela manutenção da prontidão operativa de pessoal e material que os integram. É composto também pelo SOCCENT, que é responsável pela manutenção da prontidão das FOpEsp. Por fim, o USCENTCOM é composto pelas Forças-Tarefa Conjuntas (*Joint Task Force*) que controlam, de forma conjunta, todas as Forças adjudicadas ao Comando Combatente Geográfico que estão efetivamente sendo empregadas naquele momento. Todos os Comandos Combatentes Geográficos têm organização similar ao USCENTCOM.

Figura 9 – Organização dos Comandos Combatentes Geográficos



Organizing Joint Forces



Através do conhecimento da organização do USSOCOM exposto, notamos que toda ela foi pensada para a integração e interoperabilidade das FOpEsp, ao mesmo tempo que mantendo a estrutura já existente em cada FS e conservando as especificidades na formação de suas FOpEsp em sua área de competência, evidenciando parte do que é realmente necessário para o atingimento da referida integração e interoperabilidade de fato. Desta feita, com base na *Joint Special Operations University* (2019), cabe agora neste estudo um maior detalhamento de algumas das medidas tomadas, constantemente monitoradas e aprimoradas pelo USSOCOM, para que pudesse chegar ao emprego conjunto eficaz de suas FOpEsp, se tornando o instrumento mais indicado contra as ameaças contemporâneas, tanto pela eficácia, quanto pelo relativo baixo custo, percebendo cada vez mais tarefas, mas também importância, prestígio e recursos do governo norte-americano.

Strategic Planning Process (SPP)

A partir do orçamento garantido pela MFP-11 e *Public Laws*, o USSOCOM segue o *Strategic Planning Process* (SPP) para emprego de seus recursos, que tem início com a definição dos efeitos desejados emanados pelo Comandante. A partir dos efeitos desejados, são elaborados dois documentos que definem os meios. O primeiro documento, voltado para o planejamento orçamentário, alocando e sincronizando recursos para a execução do segundo documento, que é voltado para as capacitações necessárias em termos de pessoal e material, bem como para a programação do desenvolvimento/aquisição/manutenção dos meios inexistentes/indisponíveis e garantia da alta disponibilidade dos meios existentes. Por fim, é elaborado um plano que define como os meios disponíveis devem ser empregados para o cumprimento dos efeitos desejados do Comandante. O ponto chave aqui é o orçamento próprio e certo, que permite a execução do que é planejado e o desenvolvimento de projetos complexos que só podem ser concretizados em longo prazo.

Joint Special Operations University (JSOU)

Sua missão é preparar FOpEsp para moldar o ambiente estratégico futuro, através do provimento de qualificação militar profissional conjunta especializada, desenvolvendo currículos equiparados à graduação e pós-graduação específicos de OpEsp, bem como através do fomento de pesquisa, análise e divulgação de OpEsp

em suporte aos objetivos do USSOCOM. Em média, ministra aulas para cerca de 14.000 alunos distribuídos em 72 cursos por ano, a maioria com fases online e presenciais. Cabe ressaltar que seus cursos não são táticos, são teóricos principalmente voltados a prover conhecimento aos profissionais que atuam no universo de operações especiais, sejam militares ou civis, em diversas áreas e níveis.

Inteligência e Contrainteligência

De nada adianta ter equipes taticamente preparadas sem saber onde, quando e a melhor forma de empregá-las ou com o adversário sabendo onde, quando e como serão empregadas. Assim, o investimento do USSOCOM em inteligência e contra-inteligência é massivo, incluindo emprego de inteligência artificial e aprendizado de máquina para busca de informações relevantes associadas a tópicos selecionados na internet, sistema de comunicação seguro para assuntos não classificados e outro para assuntos classificados, plataforma para compartilhamento de dados de inteligência no âmbito nacional e no âmbito internacional com aliados e empresas cadastradas, todos já empregados por todo o DoD para permitir o adequado compartilhamento de informações, com uma série de desenvolvimentos em andamento. O mesmo ocorre com sistemas e procedimentos de contra-inteligência.

Logística de Operações Especiais

A aquisição, modificação, reconfiguração, troca, integração de sistemas, suprimento e manutenção de equipamentos não convencionais demanda logística específica para manter o material disponível e utilizável em máxima efetividade. Embora FOpEsp sejam concebidas para obter suporte de forças convencionais, podem não operar perto delas, empregar equipamentos não convencionais e operar em território adversário ou negado, demandando logística de aquisição, manutenção, sustentabilidade do ciclo de vida específicas, bem como cadeias de suprimento com uso de métodos para pré-posicionamento e disponibilização de necessidades logísticas em locais de crise, a fim de viabilizar as operações iniciais. Além disso, a integração do pessoal de logística de operações especiais com o pessoal de planejamento e operações se faz importante, tanto para manutenção da segurança desse suporte logístico específico, quanto para manter as linhas de suprimento e sistemas logísticos análogos do adversário sob risco.

Acquisition, Technology and Logistics (AT&L)

AT&L é o setor do USSOCOM voltado para aquisição e desenvolvimento de equipamentos da próxima geração, pensando na guerra do futuro. Possui uma série de programas para investimento, contratação, desenvolvimento e aquisição de equipamentos, incluindo equipamentos para localização, acompanhamento e identificação de forças hostis; equipamentos especiais de comunicação; sistemas de reconhecimento e vigilância; dispositivos de coleta e análise de dados biométricos e forenses; capacidades remotas envolvendo parcerias para lançamento de dispositivos ao espaço, bem como sistemas de aeronaves não tripuladas. Seu foco principal no momento é o programa *Hyper Enabled Operator*, que visa combinar equipamentos de comunicações com tecnologia de análise de dados num sistema tático que permita que equipes de OpEsp isoladas possam reunir e analisar dados de inteligência da área de operações sem uso de nuvem, a fim de ajudá-las a tomar decisões mais rápidas e acertadas. A SOFWERX (*Special Operations Forces Warfighter X*) é peça chave, constituindo-se de plataforma estabelecida para resolver problemas e deficiências enfrentadas pelos operadores, através da facilitação de colaboração, inovação, criação de protótipos e exploração na indústria, laboratórios, meio acadêmico e partes interessadas do governo para produção do que é julgado necessário para as FOpEsp, mas ainda inexistente no mercado. A SOFWERX funciona numa instalação fora de instalações militares, no intuito de facilitar a interação com colaboradores da iniciativa privada.

Plataformas Exclusivas

As plataformas de emprego específico em OpEsp incluem aeronaves de asa fixa e rotativa da dotação do Comando de Aviação de Operações Especiais do Exército norte-americano (*United States Army Special Operations Aviation Command – USASOAC*) e do Comando de Operações Especiais da Força Aérea (*Air Force Special Operations Command – AFSOC*). Ambos possuem seus próprios centros de formação e treinamento, tripulações especializadas, além de modificações técnicas específicas para emprego em OpEsp, com foco na realização de, por exemplo, voos rasantes, inserção, extração e apoio de fogo noturnos. *Enablers* operam, de forma bem difundida, aeronaves não tripuladas junto às equipes de OpEsp. Outro exemplo de plataformas e tripulações com dedicação exclusiva ao apoio de OpEsp é o *Special*

Warfare Combat-craft Crewmen (SWCC), componente do *Naval Special Warfare Command (NAVSPECWARCOM)*, responsável pela operação de embarcações aquáticas e subaquáticas para mobilidade e acesso nesse ambiente, especializando-se, por exemplo, na navegação em velocidades elevadas, provimento de abrigo e apoio de fogo, e interoperabilidade com outras unidades.

Efetivo, Ciclo Operativo e Sustentabilidade

O efetivo compatível com a estratégia, com as dimensões das áreas de operações prováveis e com seu emprego concomitante em regiões diferentes não só resulta na disponibilidade de instrumento estratégico indispensável, como também no cumprimento de ciclo operativo adequado para manutenção do elevado grau de suas qualificações, mesmo em conflitos de longa duração. O ciclo operativo dos SEALs, por exemplo, tem a duração de dois anos para ter condições de atender os requisitos operativos do NAVSPECWARCOM, seguindo as diretrizes do USSOCOM e incorporando as atualizações/ inovações de equipamentos e TTP provenientes do JSOC. O referido ciclo é constituído de quatro fases, cada qual com seis meses de duração: *Professional Development (PRODEV)*, *Unit Level Training (ULT)*, *Task Group Integration Training (TGIT)* e o *Deployment*. No início do PRODEV, são integrados SEALs recém-formados e veteranos provenientes de *deployment* num mesmo *platoon* de dezesseis operadores. Nesse período, os recém-formados adquirem qualificações complementares, enquanto os veteranos cumprem missões leves, como treinamento com FOpEsp de países aliados. No ULT se iniciam as certificações, onde são treinadas cada uma das técnicas que um *platoon* deve ser capaz de desempenhar, culminando num exercício de avaliação que resultará na sua aprovação ou reprovação. Se inicia então o TGIT, treinamento para integração das ações dos *platoons* a nível de Grupo-Tarefa. Ele começa com avaliação das técnicas treinadas no ULT, através de exercícios desenhados para exigir elevada proficiência nas técnicas relacionadas às tarefas que serão executadas durante o *deployment*. A seguir, são realizados treinamentos a nível de *Naval Special Warfare Task Group (NSWTG)*, buscando a integração de todos seus componentes através de exercícios que visam o cumprimento de ações mais complexas que demandam o envolvimento dos *enablers*, culminando com dois grandes exercícios. Na fase final do TGIT, os integrantes do *SEAL Team* são dispensados para tirarem férias, se recondicionarem

tendo o máximo de contato com suas famílias antes do *deployment*. Dessa forma, podemos constatar que, para cada cem SEALs no *deployment*, há trezentos SEALs em treinamento. No passado, essa relação era de dois para um, no entanto seu efetivo foi aumentado, em função da grande quantidade de desvios de comportamento ocorridos pelo excesso de *deployments* imposto num ciclo operativo de um ano de treinamento e seis meses em operação, mostrando-se insustentável em conflitos de longa duração, tal qual a Guerra ao Terror.

Extensa Rede de Apoio

Ao contrário do que muitos daqueles que não fazem parte da comunidade de OpEsp pensam, FOpEsp são apenas a ponta de lança, demandando enorme apoio aproximado e remoto para obter sucesso. Um NSWTCG chega a ter de efetivo de apoio aproximado (*enablers*) número maior que o efetivo de SEALs. Os *enablers* incluem *Combat Support* (CS), *Combat Service Support* (CSS), *Explosive Ordnance Disposal* (EOD), *Mission Planning Cell* (MPC), *Terminal Combat Controller* (TCC), além de especialistas em campos como cibernética, eletrônica, computação, comunicação e idiomas, bem como agentes de outras agências que proveem habilitação técnica ou legal ao *platoon* para cumprimento da missão.

O apoio às FOpEsp é específico para cada situação e missão, com flexibilidade para atender ambientes operacionais dinâmicos. A mobilização para o apoio extrapola frequentemente as FS para utilização de capacidades únicas e sustentação de operações independentes de baixa visibilidade em áreas remotas e rústicas. FOpEsp devem ser capazes de explorar informação e inteligência derivadas de todas as fontes, incluindo multinacionais, nacionais, operacionais e táticas, bem como diretamente de sistemas de reconhecimento, vigilância e inteligência. Os tipos de apoio que devem estar disponíveis às FOpEsp são: inteligência, logístico, de atividades sensíveis e operacionais, da nação anfitriã, multinacional, de organizações multinacionais e não governamentais, das FS, de sistemas de comunicação, relações públicas, legal, proteção, apoio de fogo, aéreo, marítimo, espacial, de operações cibernéticas, de operações no espectro eletromagnético, de combate à proliferação de armas de destruição em massa e de elemento desativador de artefatos explosivos (UNITED STATES, 2020, p. xvi-xx).

Integração

O nível de integração alcançado pelas FOpEsp norte-americanas é atribuído ao estabelecimento de um comando conjunto de nível estratégico, capaz de realizar intervenções de mais alto nível, por meio de sua coordenação com o nível político; suas diretrizes aos centros de instrução e adestramento das FS para uniformização de TTP; da fonte única de equipamentos e materiais que resulta em padronização e aquisição em grande quantidade, gerando economia de escala e interesse do setor privado no seu desenvolvimento e produção; da robusta - mas única - arquitetura de comunicação que permite o tráfego de informações com outras FOpEsp, FS, sistemas de reconhecimento, vigilância e inteligência, e elementos de apoio em qualquer parte do globo; da aviação e de embarcações de OpEsp que fazem uso dos mesmos procedimentos com todas as FOpEsp e têm como requisito a interoperabilidade entre si e com múltiplas plataformas convencionais; da centralização dos requisitos logísticos; da permanente concentração de representantes interagências num único setor e da distribuição de oficiais de ligação nas agências de interesse, dentre outros.

Dado o exposto, um elevado grau de integração dificilmente é alcançado sem estrutura organizacional similar, fazendo-se uso apenas de organizações conjuntas *ad hoc* (Força Conjunta de OpEsp Componente - FCjOpEspCte, e Força-Tarefa Conjunta de OpEsp - FTCjOpEsp). A tendência é que, com comandos de operações especiais dentro das FS, haja aprestamento - limitado pelos recursos transferidos por elas aos seus comandos de operações especiais - e não haja adequada integração. Com a subordinação de FOpEsp a comandos convencionais dentro das FS, até o aprestamento tende a ficar comprometido, dada a falta de compreensão de aspectos concernentes à formação, preparo e emprego das FOpEsp pelo seu comando. No entanto, neste ponto do estudo, o leitor deve estar pensando que a constituição de um CCjOpEsp de nível estratégico é válida, mas algo possível somente para potências mundiais, inviável para países medianos. Razão pela qual, o próximo capítulo se justifica, listando CCjOpEsp baseados no USSOCOM, mas adaptados aos objetivos, estratégias e realidades das nações que os criaram.

5 ORGANIZAÇÃO DE FORÇAS DE OPERAÇÕES ESPECIAIS DE OUTROS PAÍSES

O salto operacional das FOpEsp dos EUA provocado pela criação do USSOCOM e a incapacidade de outras nações alcançarem o mesmo desempenho sem o estabelecimento de organização militar semelhante provocou sua reprodução, inicialmente, pelos países de referência no preparo e emprego de suas forças armadas, tais quais Grã-Bretanha e França. A partir daí, houve crescimento gradual do número de países que revisaram a organização de suas FOpEsp a cada ano, com alguns fazendo também alterações na sua estrutura organizacional de defesa, decisões reforçadas pelo desafio da guerra híbrida, pela importância das FOpEsp no seu combate, bem como pelo relativo baixo custo para desenvolvimento e disponibilidade de instrumento estratégico dissuasório de emprego adequado em todas as fases do conflito, inclusive na zona cinza, que tem sido a mais recorrente nos ambientes de segurança nacionais e internacionais, com expectativa de acontecerem com mais frequência e intensidade no futuro, em detrimento de conflitos armados declarados, dada a assimetria entre contendores e a continuidade da acelerada evolução tecnológica. Diante desse quadro, do total de países convidados pelo USSOCOM para a *International Special Operations Conference (ISOF)* de 2020 - que acabou sendo cancelada por conta do COVID - quase a totalidade já possuía comandos de operações especiais de nível estratégico, configurando-o como doutrina difundida internacionalmente, tal qual a constituição de ministérios/departamentos de defesa. Com a instituição do *North Atlantic Treaty Organization Special Operations Command (NSHQ)*, mais países europeus passaram a dispor de CCjOpEsp, sendo países como Hungria, Lituânia, Eslováquia e Romênia aqueles que vieram a adotar essa estrutura organizacional mais recentemente. Na Ásia; China, Japão, Coreia do Sul, Singapura e Indonésia compõem o extenso rol dos países que fizeram o mesmo. Na América do Sul, Colômbia e Venezuela já instituíram seus comandos de operações especiais nacionais, e Argentina e Peru recebem assessoria do USSOCOM para fazer o mesmo. Estudaremos de forma breve, alguns deles a seguir, de acordo com sua ordem de criação.

5.1 Diretoria de Forças Especiais do Reino Unido

No Reino Unido, ficam subordinados ao Chefe do Estado-Maior de Defesa: *Royal Air Force*, *Royal Navy*, *Army* e o *Strategic Command*. Dentro do *Strategic Command* estão: *Director Resources and Policy*, *Director Overseas Bases*, *Deputy Commander Strategic Command*, *Chief of Defence Logistics and Support*, *Chief of Joint Operations*, *Director General Defence Medical Services*, *Chief Information Office*, *Chief of Defence Intelligence* e o *Director Special Forces* (UKSF) (UNITED KINGDOM, 2020a).

O *United Kingdom Special Forces* (UKSF) é uma diretoria do Ministério da Defesa britânico, dirigida pelo Diretor de Forças Especiais (*Director Special Forces*), que também tem a capacidade de compor Estado-Maior para Força-Tarefa Conjunta de Operações Especiais. Foi formado em 1987 para organizar sob o mesmo comando o *Special Air Service* (SAS) e o *Special Boat Service* (SBS), sendo posteriormente ampliado, incorporando unidades de reconhecimento, apoio e aviação. Atualmente, o UKSF tem como unidades subordinadas o 22 SAS – suas atribuições incluem reconhecimento e contraterrorismo; SBS – especialistas em contraterrorismo marítimo e guerra anfíbia, também operando em terreno seco; *Special Reconnaissance Regiment* (SRS) – formado recentemente para coletar inteligência e realizar operações de vigilância na guerra contra o terrorismo, sendo a única parte das FOpEsp britânicas a recrutar mulheres; *Special Forces Support Group* (SFSG) – provê apoio de combate ao SAS e SBS; e 18 *Signals Regiment* – que provê comunicação e canais de inteligência às outras frações do UKSF. Além dos supracitados, tem em sua subordinação o 8 *Flight Army Air Corps*, 47 *Squadron Royal Air Force*, *Joint Special Forces Aviation Wing*, 21 SAS (reserva) e 23 SAS (reserva) (UNITED KINGDOM, 2020b).

5.2 Comando de Operações Especiais da França

A necessidade de um comando de operações especiais, como peça chave para equiparação de seu grau de prontidão ao dos EUA e Reino Unido, ficou evidente para o governo francês quando da sua participação na Guerra do Golfo como parte das forças da coalizão internacional para expulsão das tropas iraquianas do Kuwait. Naquela ocasião, o seu efetivo de FOpEsp só ficou disponível depois que a guerra já

havia terminado (KIEL, 2006).

O *Commandement des Opérations Spéciales* (COS) foi criado em 1992, marcando o início da reestruturação dos comandos do Setor de Defesa francês. O COS reuniu sob seu comando todas as FOpEsp francesas, sendo diretamente subordinado ao Chefe do Estado-Maior de Defesa, com três objetivos: planejar, preparar e conduzir operações especiais; exercer o comando conjunto de todas as FOpEsp francesas; e aprimorar as capacidades das unidades. O que motivou sua constituição foi que as FOpEsp, originalmente empregadas como força de reação rápida, passaram a ser empregadas em número cada vez maior de missões, que passaram a ser cada vez mais longas e a exigirem integração cada vez maior com múltiplos órgãos governamentais, dado o novo contexto geopolítico, caracterizado especialmente pelo aspecto não estritamente militar das crises e pela multiplicação de Estados falidos. Esses Estados falidos, por serem incapazes de prover a própria segurança, se tornam local seguro para proliferação de ameaças híbridas por atores não estatais, fazendo das FOpEsp o instrumento de melhor custo-benefício para combate a esses atores e desenvolvimento das forças de segurança locais. Suas tarefas são separadas em três conjuntos: inteligência, ação direta e modelagem do ambiente. Ao reconhecer a contribuição essencial das FOpEsp francesas nos anos que antecederam sua edição, o Livro Branco de Defesa francês reiterou a necessidade de aumento substancial do efetivo das FOpEsp daquele País, do incremento de suas capacidades de coordenação com os serviços de inteligência, do uso mais estratégico das FOpEsp na prevenção de crises e na luta contra ameaças transacionais. Em decorrência, seu aumento de efetivo foi contemplado pela Lei de Programação Militar subsequente (HUBAC, 2014, p. 7-11).

5.3 Comando Conjunto de Operações Especiais da Jordânia

Um importante passo para a evolução das FOpEsp da Jordânia foi fomentado pelo Rei Abdullah II que teve longa carreira militar, inclusive como piloto de helicóptero de ataque Cobra AH-1. Em 1994, ao tornar-se Comandante das Forças Especiais, ele supervisionou uma profunda reorganização que culminou na criação do Comando Conjunto de Operações Especiais. Atualmente, com 14.000 integrantes, o JSOC compreende três brigadas subordinadas. A primeira é a 37ª Brigada Real de Operações Especiais que inclui FOpEsp, contraterrorismo e combate SAR. A 28ª

Brigada Real de *Rangers* é mais dedicada ao enfrentamento de ameaças convencionais, mantendo boa capacidade contra ameaças assimétricas e não convencionais. Ambas Brigadas são treinadas para apoiar operações de segurança interna. A 5ª Brigada de Aviação de Operações Especiais provê discreta inserção, mobilidade aérea, resposta rápida e apoio de fogo às FOpEsp jordanianas, com esquadrões de asa fixa e rotativa. O CCjOpEsp jordaniano continuou se desenvolvendo com a criação da Força de Reação Rápida, destinada a proteção das forças principais do JSOC, fazendo a proteção de seus perímetros, liberando seu efetivo, que antes era destacado para essa função, conceito inaugurado pelo UKSF que passou a atribuir essa função ao seu grupo de apoio. JSOC possui estreitos laços com o USSOCOM, NSHQ e UKSF, sendo empregado na fronteira norte da Jordânia em combate ao Estado Islâmico (WHITE, 2017, p. 100-101).

5.4 Comando de Operações Especiais do Canadá

Na Defesa canadense, encontram-se subordinados ao Chefe do Estado-Maior de Defesa: *Royal Canadian Navy, Canadian Army, Royal Canadian Air Forces, Canadian Joint Operations Command, North America Aerospace Defense Command, Canadian Special Operations Forces Command (CANSOFCOM), Canadian Forces Intelligence Command, Military Personnel Command e Strategic Joint Staff* (CANADA, 2022a).

O CANSOFCOM foi criado em 2006 e tem como unidades subordinadas o *Joint Task Force Two (JTF2)* - unidade de contraterrorismo e operações especiais de mais alto nível, o *427 Special Operations Aviation Squadron (427 SOAS)* – compondo sua aviação de operações especiais, o *Canadian Joint Incident Response Unit (CJIRU)* – que provê rápida resposta nuclear, radiológica, biológica e química para missões de operações especiais, *Canadian Special Operations Regiment (CSOR)* – equivalente aos *Rangers* norte-americanos e o *Canadian Special Operations Training Centre (CSOTC)* – seu centro de instrução e adestramento (CANADA, 2022b).

5.5 Comando Conjunto de Operações Especiais da Colômbia

Aperfeiçoadas por décadas de combate contínuo contra a guerrilha das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) e terroristas do Exército de Libertação

Nacional (ELN), as FOPEsp colombianas são atualmente as mais experientes da América Latina. O *Comando Conjunto de Operaciones Especiales* (CCOS) foi criado em 2007 e ativado em 2009. É encarregado do planejamento e execução de operações especiais contra objetivos de importância estratégica para o Estado, tais como lideranças terroristas ou criminais, e é composto pela *División de Fuerzas Especiales* (DIVFE), *Batallón de Operaciones Especiales de Aviación* (BAOEA), *Agrupación de Fuerzas Especiales Antiterroristas Urbanas* (AFEAU) Alfa, *Batallón de Fuerzas Especiales de Infantería de Marina*, AFEAU Bravo, *Escuadrón de Comandos Especiales Aéreos* (ECOEA) e AFEAU Charlie. O CCOS tem autoridade operacional sobre os componentes citados, porém a autoridade administrativa é exercida pelas Forças Singulares (CHERISEY, 2019).

O CCOS, com cerca de 4.000 integrantes, possui a melhor capacidade operacional e de inteligência da Colômbia e foi responsável pela neutralização das FARC, o que o tornou reconhecido internacionalmente. Seu sucesso se baseia no emprego conjunto e integração eficaz das capacidades operacionais e de inteligência com forças militares e Polícia Nacional, vindo a se tornar o componente interagências do governo, que inclui grupos de trabalho com *think tanks* operacionais estratégicos, investigadores e outras agências nacionais e internacionais. Na Colômbia, a Polícia Nacional está dentro do Setor de Defesa, o que possibilita maior integração. Adicionalmente, treinamento rigoroso, instrução especializada, revisão e modernização constante da doutrina, intercâmbio com outros países e permanente vontade de aprender, revisar e evoluir são tidos como aspectos responsáveis pelos resultados alcançados. Com a extinção das FARC, a identificação de lideranças e de alvos de alto valor estratégico ligados aos grupos armados organizados envolvidos com o narcotráfico se tornou mais complexa. No entanto, trata-se de desafio bem assumido pelo CCOS, em função da integração mencionada neste parágrafo. Dado que se tornou referência regional, o CCOS passou a treinar forças de diversos países (COOK, 2019).

Reflexo de sua constituição permanente, o CCOS continuou a operar após o fim das FARC, realizando grandes feitos que incluem a neutralização do responsável pelo terrorismo urbano do ELN, conhecido como “Uriel”; a ação estratégica que culminou no desmantelamento da organização criminosa *Los Caparros* e neutralização de seu líder conhecido como “Flecas”; e operações de resgate de reféns. Destaca-se também a atuação das AFEAUs, que têm constantemente

impedido ataques terroristas nas instalações estratégicas do País (COOK, 2021).

5.6 Quartel-General de Operações Especiais da OTAN

O *NATO Special Operations Headquarters* (NSHQ) foi o resultado de uma iniciativa de líderes aliados em Riga no fim de 2006, que criou inicialmente o *North Atlantic Treaty Organization Special Operations Coordination Centre* (NATO NSCC) em 2007, como centro para coordenação das ações de operações especiais dos aliados, que rapidamente evoluiu para o NSHQ em 2010. Suas atribuições incluem compor o núcleo de um comando componente de operações especiais da força conjunta combinada aliada, estabelecer requisitos para as FOpEsp da Aliança, correr procedimentos para sua certificação, realizar instrução e treinamento conjunto, padronizar equipamentos, incrementar a interoperabilidade e integração das FOpEsp componentes e compor assessoria para o estabelecimento de comandos de operações especiais dentro da Aliança (CAZZANIGA, 2011, p. 7-8).

5.7 Comando Conjunto de Operações Especiais da Espanha

O *Mando Conjunto de Operaciones Especiales* (MCOE) foi ativado em 2014, em atendimento ao requisito estabelecido pela OTAN que determina a existência de um comando conjunto de operações especiais para que as FOpEsp de um país membro possam operar em conjunto com a Aliança (ESPAÑA, 2020).

É subordinado ao *Mando de Operaciones* (MOPS) que por sua vez responde ao *Jefe del Estado Mayor de la Defensa* (JEMAD) e, de forma permanente, é constituído apenas de um Estado-Maior, com seções similares às adotadas no Brasil, com Chefe de Estado-Maior que responde a um Oficial-General duas estrelas. Portanto, não tem as FOpEsp permanentemente subordinadas, somente por ocasião da constituição de uma Força-Tarefa Conjunta de Operações Especiais. As principais FOpEsp que integram a cadeia de comando das Forças Singulares espanholas incluem *Mando de Operaciones Especiales* (MOE) do Exército, *Fuerza de Guerra Naval Especial* (FGNE) da Armada e *Escuadrón de Zapadores Paracaidistas* (EZAPAC) da Força Aérea, não possuindo aviação exclusivamente dedicada às operações especiais. Sua missão é realizar o planejamento, condução e supervisão de operações especiais ordenadas; facilitar a integração e interoperabilidade das

capacidades de operações especiais; planejar e conduzir os exercícios conjuntos necessários para assegurar a eficácia operativa das unidades de operações especiais que sejam designadas; além de assessorar o MOPS e o JEMAD em tudo que se referir às operações especiais (ESPAÑA, 2017).

5.8 Comando Conjunto de Operações Especiais da Indonésia

Em 2015, Indonésia integrou suas FOpEsp subordinadas a um comando único designado Comando Conjunto de Operações Especiais, em função da importância que o País atribui as suas FOpEsp, cada vez mais vistas como instrumento militar designado para atuar em situações de crise e intervenção rápida. Seu Comando é efetuado em regime de rodízio entre Oficiais-Generais das FOpEsp da suas três Forças Armadas. É constituído pelo Comando de Forças Especiais do Exército (KOPASSUS), Comando de Guerra Especial Naval (KOPASKA) e Corpo Terrestre das Forças Especiais da Força Aérea (PASKHAS). Além de suas FOpEsp, o PASKHAS dispõe de três *Special Operations Aviation Wings* responsáveis por cobrir as partes oeste, central e leste do País. O efetivo total do Comando Conjunto de Operações Especiais é de 12.000 integrantes (DRWIEGA; WHITE, 2016, p. 78-80).

Um mês após a sua inauguração, ainda em 2015, o Comando Conjunto de Operações Especiais foi fechado após uma série de acusações de desrespeito aos direitos humanos. No entanto, como parte de sua estratégia de combate às séries de ameaças terroristas e multidimensionais patrocinadas por outros Estados que desafiam as forças de segurança e agências de inteligência, o governo da Indonésia decidiu pela sua reativação em 2018, com a mesma configuração descrita no parágrafo anterior, porém formando as unidades de missões especiais Unidade 81 da KOPASSUS, DENJAKA e DENBRAVO, constituindo ainda uma força permanentemente pronta de noventa operadores. Ao Comando em lide são atribuídas as tarefas de atacar as redes terroristas, incluindo a capacidade de conduzir missões para identificar e prender alvos de elevado valor, realizar assaltos terrestres e aéreos para destruição de campos de treinamento e outras estruturas terroristas, assim como dominar capacidades como resgate de reféns e operações de evacuação de não combatentes. Adicionalmente, realiza operações especiais em ambiente marítimo. Realiza estreita cooperação com as forças de segurança nacionais e Comandos Conjuntos de Operações Especiais dos EUA, Singapura e Austrália (WHITE, 2018a,

p. 56-58).

5.9 Comando Conjunto de Operações Especiais da Venezuela

As Forças Armadas venezuelanas estabeleceram oficialmente seu Comando Conjunto de Operações Especiais em 17 de agosto de 2017 com a finalidade de viabilizar eficácia no emprego conjunto em todo espectro de missões de operações especiais. Baseado em Maracay no estado de Aragua, o Comando em questão habilitará que os 107º e 509º Batalhões de Operações Especiais, assim como a Unidade de Reação Rápida da Brigada Paraquedista, operem de forma mais integrada com o Comando de Operações Especiais da Marinha e com os 10º, 15º, e 17º Grupos Aéreos de Operações Especiais da Força Aérea. O Comando Conjunto de Operações Especiais venezuelano permanecerá focado na segurança doméstica e operações de contraterrorismo, particularmente alvejando as redes do crime organizado e de grupos paramilitares (WHITE, 2018b, p. 12).

5.10 Diretoria de Forças Especiais da República Tchéquia

Em 2018, o Comando de Forças Especiais da República Tchéquia foi estabelecido com a tarefa de prover ferramentas estratégicas eficazes e flexíveis em apoio à Segurança e Defesa nacionais. Comandado por um Oficial-General uma estrela, a organização é subdividida em dois componentes operacionais: o 601º Grupo de Forças Especiais - com centenas de operadores, e o Centro de Apoio às Forças Especiais. O Comando também tem acesso operacional ao Destacamento Aéreo de Operações Especiais da Força Aérea para apoio de asa rotativa. Localizado em Praga, o Comando em lide responde diretamente ao Estado-Maior das Forças Armadas da República Tchéquia, embora seja um Força Armada independente, exercendo comando e controle permanente de todas as FOpEsp e coordena todo seu planejamento, treinamento, atividades e engajamentos potenciais. Suas capacidades incluem todo o espectro de operações especiais: atividades de reconhecimento e inteligência, ação ofensiva, bem como engajamento para exercício de influência e apoio (TURNBULL, 2019, p. 40-47).

5.11 Comando de Operações Especiais dos Países Baixos

Em 2017, as Forças Armadas dos Países Baixos iniciaram oficialmente o processo de estabelecimento de um comando conjunto de operações especiais, a fim de fundir as capacidades da FOpEsp do seu Exército (KCT) e das FOpEsp marítimas da sua Marinha Real, bem como passou a considerar a introdução de um componente aéreo exclusivamente dedicado às operações especiais. Foi então estabelecida uma Força-Tarefa para iniciar o processo de criação do Comando Conjunto de Operações Especiais dos Países Baixos, com prazo para seu estabelecimento com capacidade operativa inicial até o fim de 2018 (WHITE, 2018b p. 12).

Em dezembro de 2018, o Comando Conjunto de Operações Especiais dos Países Baixos foi ativado com capacidade operativa inicial, atingindo capacidade operativa total em outubro de 2020. É um Estado-Maior operacional diretamente subordinado ao Chefe da Defesa, em função dos impactos estratégicos de suas operações. As FOpEsp permanecem subordinadas administrativamente às suas Forças Singulares, sendo adjudicadas ao referido Comando para realização de operações. Além das FOpEsp do Exército e da Marinha, o Esquadrão 300 também opera sob o Comando em lide, que é responsável pelo planejamento, comando, controle, execução e avaliação de todas as operações conduzidas pelas FOpEsp dos Países Baixos (MARCHAND, 2018).

Por conta dos inúmeros aprimoramentos alcançados pelas FOpEsp norte-americanas decorrentes da criação do USSOCOM, ele se tornou o modelo a ser seguido, mas difícil de ser alcançado. Vimos então a estrutura organizacional de FOpEsp de diversos países, onde alguns chegaram próximos da constituição do USSOCOM e outros nem tanto, em razão da influência de diversos fatores que incluem grau de ameaça sofrida pela nação; de oposição dos comandantes das forças singulares a sua constituição; de intervenção do congresso em seu favor; de visão do quão estratégicas as FOpEsp são; em que os líderes de OpEsp são ouvidos; de percepção da dimensão do custo-benefício do seu emprego, da sua aplicação no combate às ameaças contemporâneas e futuras, e do salto operacional causado pela sua criação; de predominância do caráter preventivo sobre o reativo nos seios de suas sociedades; e de honestidade de propósito das esferas de governo envolvidas na sua criação. A seguir, será abordada a organização das FOpEsp brasileiras.

6 ORGANIZAÇÃO DAS FORÇAS DE OPERAÇÕES ESPECIAIS BRASILEIRAS

Da mesma forma que foi realizado estudo da estrutura organizacional do DoD para compreensão da organização das FOpEsp norte-americanas, será verificado neste capítulo a estrutura organizacional do MD e sua doutrina de preparo e emprego conjunto, para posterior consideração da organização das FOpEsp brasileiras, ordenadas da maior organização para a menor.

6.1 Ministério da Defesa

Em consulta ao organograma do MD, é possível verificar que não só não há um comando conjunto de operações especiais, como também não há qualquer seção dedicada às FOpEsp na sua estrutura organizacional de nível estratégico, apesar das definições abaixo, contidas no Glossário das Forças Armadas do próprio MD, destacarem o caráter estratégico e operacional das FOpEsp (BRASIL, 2022a).

O Glossário das Forças Armadas descreve operações especiais como:

Operações conduzidas por forças militares, especialmente organizadas, adestradas e equipadas, visando a consecução de objetivos políticos, econômicos, psicossociais ou militares relevantes, preponderantemente, por meio de alternativas militares não convencionais. Podem ser conduzidas tanto em tempo de paz quanto em períodos de crise ou conflito armado; em situações de normalidade ou não normalidade institucional; de forma ostensiva, sigilosa ou coberta; em áreas negadas, hostis ou politicamente sensíveis; independentemente ou em coordenação com operações realizadas por forças convencionais; em proveito de comandos de nível estratégico, operacional ou tático (BRASIL, 2015, p.196).

O mesmo documento define ainda forças especiais:

Tropa de operações especiais apta na condução de guerra irregular, que, pela versatilidade que lhe confere a estrutura, o grau de instrução e o grande número de especialistas, pode ser empregada em grande variedade de missões que contribuem para a consecução dos objetivos da força como um todo (BRASIL, 2015, p. 125).

Já existem dois Comandos Conjuntos permanentemente ativados no MD, porém no nível operacional, subordinados às FS: o Comando de Operações Aeroespaciais (COMAE) e o Comando de Defesa Cibernética (ComDCiber). O COMAE é comandado por um Tenente Brigadeiro, sendo subordinado ao Comando da Aeronáutica em tempo de paz e ao Comandante Supremo (CS) em situação de

conflito. Tem por missão empregar o Poder Aeroespacial com vistas a garantir a soberania do Espaço Aéreo Brasileiro e a integração do território nacional. O ComDCiber é comandado por um General de Divisão e pertence à estrutura regimental do Exército Brasileiro. Tem por missão planejar, orientar, coordenar, integrar, e executar atividades relacionadas ao desenvolvimento e à aplicação das capacidades cibernéticas, a fim de contribuir para o uso efetivo do espaço cibernético, impedindo ou dificultando sua utilização contra os interesses da Defesa Nacional. A principal característica de ambos é que seus integrantes devem estar em condições de operar a qualquer momento, com suas estruturas funcionando integralmente, exclusivamente dedicadas ao preparo conjunto, desde situação de normalidade, para o pronto cumprimento de suas tarefas (BRASIL, 2020b).

Apesar da atuação estratégica, tanto o COMAE quanto o ComDCiber foram posicionados no nível operacional, sob o mando, respectivamente, da FAB e do EB, em vez de subordinados diretamente ao Ministro da Defesa, como é feito no DoD nos dois casos. Mesmo assim, provaram a validade do estabelecimento de comandos conjuntos permanentemente ativados, provocando massivos aprimoramentos nas suas áreas desde sua implantação. O COMAE se tornou modelo para muitas nações que o visitam para entender sua organização, doutrina e processos (OLIVEIRA, 2022). A atuação do ComDCiber elevou a posição do Brasil no ranking mundial de cibersegurança de 71º para 18º lugar, segundo a União Internacional de Comunicações, agência ligada à Organização das Nações Unidas (ANDRADE, 2022).

6.2 Doutrina de Preparo e Emprego Conjunto

A Doutrina de Operações Conjuntas do MD descreve operações especiais como:

Operações conduzidas por forças militares especialmente organizadas, treinadas e equipadas, em ambientes hostis, negados ou politicamente sensíveis, visando a atingir objetivos militares, políticos, psicossociais e/ou econômicos, empregando capacitações militares específicas não encontradas nas forças convencionais. Podem ser conduzidas de forma singular, conjunta ou combinada, normalmente em ambientes interagências, em qualquer parte do espectro dos conflitos (BRASIL, 2020b, p. 181).

O mesmo documento traz a definição de FOpEsp:

São forças destinadas à execução das operações especiais: frações de Forças Especiais, Comandos e os seus apoios que possuem habilitações e

especializações para operar em ambientes hostis, negados ou politicamente sensíveis. As FOpEsp, em termos gerais, podem ser caracterizadas por serem tropas de altíssimo desempenho que realizam missões especiais baseadas em suas capacidades específicas (BRASIL, 2020b, p. 181).

Ressalta ainda que o caráter conjunto é inerente à natureza das operações especiais, em função de empregarem meios terrestres, aéreos, fluviais e/ou navais, além de FOpEsp das três FS quase sempre. Ademais, cita como princípios das operações especiais: **liberdade de ação** – apesar dos riscos políticos que as envolvem, as FOpEsp são capazes de planejar e executar suas ações com o mínimo possível de restrições e direção; **adaptabilidade** - adequação às constantes evoluções da situação e mudanças no ambiente operacional; **flexibilidade** - emprego com o mínimo de rigidez preestabelecida, o que possibilita sua adequação às especificidades de cada situação de emprego; **integração** - interação com forças militares e agências civis, dentre outros, sincronizando suas ações de forma a gerar efeitos sinérgicos; **modularidade** - condição de receber módulos que ampliem seu poder de combate ou lhe agreguem capacidades; e **seletividade** - deve-se evitar, ao máximo, atribuir missões e tarefas que possam ser cumpridas por forças convencionais. Enumera como características das operações especiais: alto risco, baixa visibilidade, elevado grau de precisão e dificuldade de coordenação e apoio (BRASIL, 2020b, p. 181-184).

A Doutrina de Operações Conjuntas esclarece o entendimento no âmbito nacional do que são ações diretas, ações indiretas e reconhecimento especial (BRASIL, 2020b, p. 185-186):

- Ações Diretas - são ações ofensivas de pequena envergadura e de curta duração, realizadas por tropa capacitada, de valor e constituição variáveis, por meio de uma infiltração terrestre, aérea e/ou aquática, contra alvos de valor significativo, localizados em ambientes hostis, negados ou politicamente sensíveis. Podem ser conduzidas de forma autônoma ou em apoio às operações militares convencionais.
- Ações Indiretas - consistem na organização, desenvolvimento, equipagem, instrução, direção e/ou assessoramento de forças irregulares, regulares, auxiliares e de atores estatais e não estatais, para a consecução de objetivos políticos, econômicos, psicossociais e/ou militares em situação de guerra e de

não guerra.

- Reconhecimento Especial - é a operação realizada por FOpEsp, em áreas hostis, negadas ou politicamente sensíveis, com o propósito de obter, confirmar ou atualizar dados e conhecimentos de importância estratégica, operacional ou, eventualmente, tática, fundamentais para o planejamento e para a condução de operações militares, empregando capacidades normalmente não encontradas em forças convencionais.

Adicionalmente, o referido documento cita como fatores de êxito para as operações especiais: decisão de emprego de mais alto nível; necessidade de adequada estrutura de comando e controle; acesso aos mais altos níveis de inteligência; disponibilidade de recursos e meios (pessoal e material); ações dirigidas contra alvo de alto valor, preferencialmente; planejamento e preparação integrados; e apoio logístico adequado, oportuno e eficaz capaz de sustentar ações por longos períodos de tempo (BRASIL, 2020b, p. 185, grifo nosso).

De acordo com a Doutrina de Operações Conjuntas do MD, a concepção de preparo conjunto compreende as fases do planejamento militar nos níveis estratégico, operacional e tático; adestramento conjunto; validação e revisão. Em situação de normalidade, o ciclo de preparo conjunto será desenvolvido em dois anos. No primeiro ano, são feitos os planejamentos estratégico, operacional e tático. No ano seguinte, esses planejamentos serão testados, sob forma de um adestramento conjunto, revisados, atualizados e arquivados (BRASIL, 2020b, p. 30).

Já o emprego conjunto se dá pela constituição de um Comando Operacional Conjunto cuja constituição pode incluir Força Naval Componente (FNC), Força Terrestre Componente (FTC), Força Aérea Componente (FAC) e Força Conjunta de Operações Especiais Componente (FCjOpEspCte), dentre outras, todas no mesmo nível, diretamente subordinadas ao Comandante Operacional, cabendo à FCjOpEspCte: assessorar o Comandante do Teatro de Operações ou Área de Operações (Com TO/A Op) no planejamento das operações especiais; conduzir as operações especiais, em proveito do Comando Operacional; planejar, conduzir e coordenar suas operações com as outras Forças Componentes; coordenar a atuação de forças irregulares aliadas; e coordenar as operações psicológicas em proveito do Comando Operacional, nos níveis político, estratégico e tático. O emprego da FCjOpEspCte em situação de guerra pode ocorrer no âmbito interno e externo, na

fase inicial da crise, antes do conflito armado, durante e após a campanha militar. Em situação de não-guerra, a FCjOpEspCte poderá ser empregada nos âmbitos interno e externo, em circunstâncias especiais na Garantia da Lei e da Ordem (GLO); Prevenção e Combate ao Terrorismo; Assistência Militar; Operação de Combate, Busca e Salvamento; Operação de Paz; Operação de Defesa Biológica, Nuclear, Química e Radiológica (DBNQR); Operação de Evacuação de Não Combatentes (ENC); Operação de Ajuda Humanitária; e Cooperação Civil-Militar (CIMIC) (BRASIL, 2020b, p. 187-191).

Ainda segundo a Doutrina de Operações Conjuntas, as FOpEsp poderão constituir também uma Força-Tarefa Conjunta de Operações Especiais (FTCjOpEsp). A diferença básica entre a FTCjOpEsp e a FCjOpEspCte está no tempo de estruturação. Enquanto a FTCjOpEsp é estruturada por um período de tempo determinado para cumprir missões e tarefas previamente estabelecidas, a FCjOpEspCte é concebida para atender a todas as fases de uma campanha militar (BRASIL, 2020b, p. 191).

6.3 Exército Brasileiro

O EB criou o Comando de Operações Especiais (COpEsp) em 2003. Seu Comandante é um General de Brigada possuidor dos Cursos de Comandos e Forças Especiais. O COpEsp é diretamente subordinado ao Comando Militar do Planalto - Comando de General de Divisão, e vinculado ao Comando de Operações Terrestres para fins de preparo e emprego – Comando de General de Exército diretamente subordinado ao Comandante do Exército. Segundo seu Manual de Campanha, é responsável por orientar, planejar e executar as operações especiais do EB, integrando e coordenando as operações especiais da Força Terrestre com outras Forças Armadas e agências. Possui capacidades operativas específicas destinadas a realização de suas atividades e tarefas, contando com estrutura organizacional, pessoal e material especializados. É capaz de realizar diferentes tipos de operações especiais, incluindo ações diretas; ações indiretas; reconhecimento especial; operações psicológicas; operações de defesa química, biológica, radiológica e nuclear (DQBRN); e proteção ao pessoal e proteção física. Tem como organizações militares subordinadas elementos de emprego, apoio e ensino. A lista dessas organizações e sua breve descrição encontra-se a seguir (BRASIL, 2019a, 2-1 a 4-7):

- Batalhão de Forças Especiais – responsável pelo planejamento, condução e/ou realização de ações diretas, indiretas e reconhecimento especial, podendo também executar atividades e tarefas de operações psicológicas, de inteligência e de informação, assim como guerra de guerrilhas, subversão, sabotagem, apoio à fuga e evasão, operações contra forças irregulares, e operações de prevenção e combate ao terrorismo.
- Batalhão de Ação de Comandos - unidade especialmente organizada, equipada e adestrada para o planejamento, condução e execução de ações diretas. Com meios adjudicados, possui mobilidade tática e estratégica, com a capacidade de realizar infiltração por meios aéreos, terrestres ou aquáticos, a fim de realizar Ações de Comandos.
- Batalhão de Apoio às Operações Especiais - realiza o apoio ao combate e apoio logístico ao COpEsp e às suas organizações militares subordinadas, particularmente em pessoal e material, além de desdobrar a Base de Operações Especiais. Nesse sentido, realiza o apoio à infiltração e exfiltração dos elementos operativos.
- Batalhão de Operações Psicológicas - planeja e conduz as operações psicológicas em proveito do maior escalão em presença ou mesmo das FOpEsp.
- 3ª Companhia de Forças Especiais - constitui a FOpEsp avançada do COpEsp na região amazônica, proporcionando significativo incremento operacional ao Comando Militar da Amazônia, bem como otimizando o emprego dos elementos orgânicos do COpEsp que venham a ser desdobrados naquela região.
- Companhia de Defesa Química, Biológica, Radiológica e Nuclear - tem por missão analisar riscos decorrentes em ambientes contaminados por agentes químicos, biológicos, radiológicos ou nucleares, enunciando o nível de vulnerabilidade das tropas e do pessoal civil nas áreas de operações, definindo procedimentos de proteção e descontaminação contra agentes QBRN.
- Pelotão de Polícia do Exército - tem a missão de apoiar o COpEsp nas tarefas específicas de Polícia do Exército, prover a segurança da Base de Operações Especiais, efetuar o policiamento de pessoal, o controle e o policiamento do trânsito, escoltas e guardas, além da investigação de crimes

militares.

- Base Administrativa - realiza a gestão orçamentária, financeira, patrimonial e de pessoal de todas as Organizações Militares do COpEsp, possibilitando a concentração exclusiva na atividade fim de preparo e emprego.
- Centro de Instrução de Operações Especiais - é o responsável por capacitar os recursos humanos que integram as organizações militares do COpEsp, contribuir para o desenvolvimento da doutrina de Operações Especiais no Exército Brasileiro e realizar a pesquisa e a experimentação de novas técnicas operacionais e de equipamentos peculiares às OpEsp.

O COpEsp é parte da Força de Emprego Estratégico por possuir capacidades que agregam poder de combate à Força Terrestre. Está apto a atuar em qualquer parte do território nacional, apoiando as operações militares de todos os Comandos Militares de Área, e em outras áreas de interesse estratégico do Estado brasileiro. Além disso, participa de operações sob a égide de organismos internacionais e de operações em ambiente interagências. Assim, pode integrar a FCjOpEsp e/ou a Força-Tarefa Conjunta de Operações Especiais, com as demais Forças Singulares, ou em coordenação com Órgãos de Segurança Pública e/ou atores não estatais. Nesse contexto, pode atuar de forma combinada ou multinacional com países aliados (BRASIL, 2019a, 5-1).

O Manual de Operações Especiais do Exército Brasileiro enumera as operações com emprego de FOpEsp, quais sejam: Operações Convencionais; Operação de Inteligência; Operações de Informação; Operações Psicológicas; Prevenção e Combate ao Terrorismo; Operação Contra Forças Irregulares; Contrainsurgência; Defesa Química, Biológica, Radiológica e Nuclear (DQBRN); Busca, Combate e Salvamento (BCS); Assistência Militar; Cooperação Civil-Militar (CIMIC); Evacuação de Não Combatentes; Ajuda Humanitária; e Operações de Paz. (BRASIL, 2017a, p. 4-8).

6.4 Marinha do Brasil

A Marinha do Brasil (MB) criou o Comando Naval de Operações Especiais (CoNavOpEsp) em 2019, subordinado ao Comando de Operações Navais e por este apoiado com recursos de pessoal, financeiros, de rancho e alojamentos para o

cumprimento de suas tarefas que têm o propósito de contribuir para o aprestamento e o emprego das Forças Navais, Aeronavais e de Fuzileiros Navais (BRASIL, 2019b). Para consecução do seu propósito, as seguintes tarefas cabem ao CoNavOpEsp: comandar e compor Forças-Tarefas de Operações Especiais e de Guerra Cibernética, Singulares, Combinadas ou Conjuntas, quando determinado; assessorar o Comandante de Operações Navais e os setores da MB nos aspectos relativos às Operações Especiais, Operações de Informação, Operações Psicológicas, Ações de Guerra Acústica e Eletrônica, Ações de Guerra Cibernética e Ameaças Híbridas; planejar e coordenar a participação da MB nas operações, adestramentos e exercícios conjuntos e combinados de Operações Especiais, Operações de Informação, Operações Psicológicas, Ações de Guerra Acústica e Eletrônica e Ações de Guerra Cibernética; e conduzir as Ações de Guerra Cibernética de caráter operativo no âmbito da MB. O CoNavOpEsp tem como titular um Comandante – Contra-Almirante, auxiliado por um Imediato – Capitão de Mar e Guerra, e compreende dois Departamentos a saber: Departamento de Operações Especiais e Departamento de Operações de Informação (BRASIL, 2020c). O Comandante dispõe de Assessoria de Inteligência e de Assessoria de Ameaças Híbridas. O Departamento de Operações Especiais tem a seguinte constituição: Divisão de Mergulhadores de Combate e Divisão de Comandos Anfíbios. O Departamento de Operações de Informação é composto pelo seguinte: Divisão de Operações Psicológicas, Divisão de Guerra Cibernética, Divisão de Produção de Informação, Divisão de Relações Cíveis e Institucionais, Divisão de Guerra Acústica e Guerra Eletrônica (BRASIL, 2020d).

A Marinha do Brasil dispõe de duas organizações militares exclusivamente destinadas às operações especiais: o Grupamento de Mergulhadores de Combate (GRUMEC) e o Batalhão de Operações Especiais de Fuzileiros Navais (Batalhão Tonelero). O GRUMEC tem como operadores os mergulhadores de combate e é empregado para operações especiais em ambiente predominantemente aquático em ações de reconhecimento e ações diretas. Já o Batalhão Tonelero tem como operadores os comandos anfíbios e é empregado para operações especiais em ambiente predominantemente terrestre em ações de reconhecimento e ações de comandos (PINHEIRO, 2012). O GRUMEC é comandado por um Capitão de Fragata, subordinado ao Comando da Força de Submarinos (ComForS) – Comando de Contra-Almirante, que por sua vez é subordinado ao Comando em Chefe da Esquadra (ComemCh) – Comando de Vice-Almirante, que responde ao Comando de Operações

Navais (ComOpNav) – Comando de Almirante de Esquadra, que tem como superior imediato o Comandante da Marinha (CM). Já o Tonelero é comandado por um Capitão de Mar e Guerra, subordinado ao Comando da Força de Fuzileiros da Esquadra (ComFFE) – Comando de Vice-Almirante, que por sua vez é subordinado ao ComOpNav, que responde ao CM. Portanto, o GRUMEC e o Tonelero não estão subordinados ao CoNavOpEsp. Somente por ocasião da constituição de Força-Tarefa é que o CoNavOpEsp compõe seu Estado-Maior de Operações Especiais, tendo como subordinadas as parcelas adjudicadas dessas unidades temporariamente para fins de emprego (BRASIL, 2022b).

Os mergulhadores de combate realizam sua formação básica no Centro de Instrução e Adestramento Almirante Áttila Monteiro Aché (CIAMA) que também é subordinado ao ComForS e ministra cursos na área de submarinos, mergulho, mergulho de combate e medicina hiperbárica, não sendo exclusivamente dedicado às OpEsp. A formação básica dos comandos anfíbios é realizada no Centro de Instrução Almirante Sylvio de Camargo (CIASC), que é subordinado ao Comando de Pessoal de Fuzileiros Navais (CPesFN), que por sua vez é subordinado ao Comando Geral do Corpo de Fuzileiros Navais, que responde ao CM. O CIASC também não é exclusivamente dedicado às OpEsp, oferecendo diversos cursos para o Corpo de Fuzileiros Navais em geral. A formação complementar dos mergulhadores de combate e comandos anfíbios se dá através da realização de cursos no próprio CIAMA e CIASC, mas também em outras Forças Singulares e estágios em suas próprias organizações militares.

A Doutrina Militar Naval (DMN) define operações especiais conforme abaixo:

As OpEsp são aquelas realizadas por pessoal adequada e rigorosamente selecionado e intensivamente adestrado, empregando métodos, táticas, técnicas, procedimentos e equipamentos não convencionais, visando à consecução de objetivos dos níveis político, estratégico, operacional e tático. Normalmente, são operações de duração limitada, em função do reduzido efetivo empregado e da dificuldade de ressuprimento. Podem ser conduzidas tanto em tempo de paz quanto em períodos de crise ou conflito armado; em situações de normalidade ou não normalidade institucional; de forma ostensiva, sigilosa ou coberta; em áreas negadas, hostis ou politicamente sensíveis; independentemente ou em coordenação com operações realizadas por forças convencionais; em proveito de comandos de nível estratégico, operacional ou tático (BRASIL, 2017b, p. 3-12 a 3-13).

A mesma Publicação estabelece ainda que o sigilo, a rapidez, a surpresa e a agressividade das ações são condições essenciais para o sucesso desse tipo de operação (BRASIL, 2017b, p. 3-13).

O documento da MB que versa especificamente sobre operações especiais é sigiloso, não podendo ser considerado neste estudo. No entanto, tem bastante em comum com os documentos do Exército Brasileiro previamente abordados, tal qual a definição de OpEsp da Doutrina Militar Naval supracitada.

6.5 Força Aérea Brasileira

A Força Aérea Brasileira (FAB) não possui comando de operações especiais. O Esquadrão Aeroterrestre de Salvamento (EAS) é a sua organização militar responsável pelo cumprimento das ações de contraterrorismo, guiamento aéreo avançado, ações diretas, reconhecimento especial, busca e salvamento, e busca e salvamento em combate, além de funcionar como centro de instrução na formação de pessoal para as atividades que ele próprio desempenha, bem como na formação dos integrantes das equipes de resgate da FAB. O cursos conduzidos pelo EAS incluem o Curso de Comandos de Força Aérea (CCFA), Busca e Resgate em Combate (C-SAR) e cursos na área de paraquedismo (BRASIL, 2021). O EAS é comandado por um Tenente-Coronel e é subordinado a Base Aérea de Campo Grande (BACG) – Comando de Coronel, que por sua vez está subordinada ao IV Comando de Área (IV COMAR) – Comando de Brigadeiro, que responde ao Comando de Preparo (COMPREP) – Comando de Tenente Brigadeiro, diretamente subordinado ao Comando da Aeronáutica (BRASIL, 2022c).

Não foi possível encontrar durante a fase de pesquisa realizada para este estudo quaisquer documentos da FAB concernentes à sua doutrina de operações especiais e o documento que versa sobre OpEsp é de acesso restrito.

Observamos então que, de forma geral, as definições, princípios, características, ações desempenhadas, principais atividades e fatores de êxito das FOpEsp brasileiras estão alinhados com as das nações que têm colocado suas FOpEsp à prova constantemente. No entanto, no que se refere à organização e emprego, as FOpEsp brasileiras ainda se encontram de forma similar ao que era praticado pelas potências centrais há 42 anos atrás, quando as FOpEsp norte-

americanas fracassaram na tentativa de resgate de reféns no Irã em 1980 e se atrapalharam na invasão de Granada em 1983, ocasião em que foram identificadas faltas críticas de interoperabilidade, decorrentes das compartimentação de todos os processos atinentes ao seu preparo em cada uma das FS, da falta de prioridade dada pelas suas FS às FOpEsp e do emprego baseado em estruturas *ad hoc* (CCjOpEsp e FTCjOpEsp), que resultaram na criação do USSOCOM, condutor da série de aprimoramentos que incluem os descritos no capítulo 4.

Na comparação das organizações das FOpEsp de cada FS brasileira, se faz notória a vasta gama de aprimoramentos alcançados pelo EB, através do estabelecimento do COpEsp, que se organizou consistentemente dentro do alcance do seu nível, com adequadas áreas e recursos de adestramento próprios, tendo unidades dedicadas às Operações Psicológicas, QBRN, pesquisa, experimentação, segurança, investigação de crimes, instrução, apoio e administração diretamente subordinadas, liberando suas FOpEsp para suas atividades fins, concretizando integração, interoperabilidade, emprego conjunto, gerando sinergia no seu âmbito sob Comando único, no lugar de uma organização militar, com seu escasso efetivo de FOpEsp tendo que fazer tudo isso, cada qual se preparando a sua maneira, tal qual acontece nas demais FS, evidenciando a diferença entre liderança única, especializada e de dedicação exclusiva; e liderança descentralizada, não especializada e compartilhada.

Um CCjOpEsp de nível estratégico, permanentemente ativado, teria condições de fazer ainda mais que o feito pelo COpEsp e a nível nacional, afirmação corroborada pelos avanços decorrentes da constituição de Comandos Conjuntos permanentemente ativados em território nacional, com a formação do COMAE e ComDCiber, criados em função da necessidade da promoção contínua do preparo conjunto para que pudessem estar permanentemente aptos para seu inadvertido acionamento para o cumprimento de suas missões - mesma necessidade das FOpEsp - resultando em significativos aprimoramentos em suas áreas, que seriam ainda maiores, se tivessem sido estruturados no nível estratégico sob o Ministro da Defesa, em vez do nível operacional sob as FS.

7 CONCLUSÃO

O principal objetivo deste trabalho foi elucidar o leitor quanto a possível contribuição da criação de um comando conjunto de operações especiais, permanentemente ativado, em nível estratégico, diretamente subordinado ao Ministro da Defesa, para o incremento do Poder Nacional. Com esse foco, foram estudadas as sucessivas falhas operacionais, identificadas em empregos reais, que levaram os norte-americanos à constituição de cada vez maior número de comandos conjuntos desse tipo na estrutura organizacional do DoD, em função de se mostrarem solução para o atingimento de eficaz integração, interoperabilidade, emprego conjunto, sinergia, economia de recursos pela eliminação de redundâncias, prontidão e formidável salto operacional nas suas áreas de atuação, através de direção única, especializada, exclusivamente dedicada, de alto nível e com recursos próprios.

O estudo evidenciou como se deu a transformação do parágrafo anterior no caso específico das FOpEsp norte-americanas, através da descrição de algumas iniciativas que só poderiam ser tomadas por um comando conjunto de nível estratégico, quais sejam: processo de planejamento único (SPP) para emprego dos recursos próprios a partir dos efeitos desejados emanados pelo Comandante; Universidade Conjunta de Operações Especiais (JSOU) com a missão de instruir todo o pessoal da ativa, da reserva e civil que trabalha nos Estados-Maiores e assessoria de OpEsp; acesso à inteligência integrada e oportuna do mais alto nível e disponibilidade de sistemas automáticos de contrainteligência; logística própria e comum, que adquire material padronizado para todas as FOpEsp e mantém material específico integrado e em elevada taxa de disponibilidade, podendo atuar de forma independente ou integrada com a logística convencional quando em operação; setor específico de aquisição de materiais que resultem em novas capacidades, desenvolvimento de inovações tecnológicas e logística atinente para a guerra do futuro (AT&L); disponibilidade de plataformas para uso exclusivo em operações especiais, constituindo aviação de operações especiais tanto no USASOC quanto no AFSOC, bem como unidades de embarcações especiais no NAVSPECWARCOM, tudo com modificações técnicas e tripulações específicas para OpEsp; estabelecimento de efetivo compatível com a estratégia nacional, dimensão territorial e população, que permita cumprimento de rigoroso ciclo operativo, resultando em adequado preparo e sustentabilidade das operações mesmo em conflitos de longa

duração, mantendo disponível instrumento estratégico indispensável; estabelecimento do JSOC que, além de compor a Força de Emprego Rápido, testa novos equipamentos, gera demandas para seu aprimoramento e estabelece TTP únicas para uso por todas as FOpEsp; extensa rede de apoio constituída pelos *enablers*, além de especialistas em campos como cibernética, eletrônica, computação, comunicação e idiomas, bem como agentes de outras agências que proveem habilitação técnica ou legal às FOpEsp para cumprimento da missão; unicidade de comando como chave da integração, através de diretrizes uníssonas aos centros de instrução e adestramentos para uniformização de TTP, da fonte única de equipamentos e materiais; da robusta, mas singular arquitetura de comunicação; dos procedimentos únicos da aviação e embarcações especiais que têm como requisito sua interoperabilidade com plataformas convencionais; permanente relação interagências, através da concentração de seus representantes no USSOCOM; e do envio de oficiais de ligação para as agências, dentre outras.

Ao abordarmos a organização das FOpEsp brasileiras, ficou claro que, apesar de seus conceitos estarem alinhados com os praticados pelos países frequentemente envolvidos em operações reais, sua organização e preparo equivalem hoje ao que era praticado pelos EUA há 42 anos atrás, quando foram identificadas faltas críticas de interoperabilidade, decorrentes da compartimentação de todos os processos atinentes ao seu preparo em cada uma das FS, da falta de prioridade dada pelas FS às suas FOpEsp e do emprego baseado em estruturas *ad hoc* (CCjOpEsp e FTCjOpEsp) sem suficiente preparo prévio conjunto, que resultaram na criação do USSOCOM, condutor da série de aprimoramentos que incluem os descritos no parágrafo anterior. Apesar dos melhoramentos realizados pelo USSOCOM serem evidentes e necessários, não são possíveis de serem implementados por um Tenente-Coronel, comandante de uma unidade operativa, subordinado a um Oficial não especializado; tampouco por um Capitão de Fragata, igualmente comandante de uma unidade operativa, subordinado a um Oficial-General com outra especialização, que tenderá a priorizar a sua atividade; e nem mesmo por um Oficial-General duas estrelas especializado, comandante de um comando de operações especiais de FS, que só pode alavancar iniciativas no âmbito da sua FS e no seu nível. É exatamente aí que o estabelecimento de um comando conjunto de operações especiais de nível estratégico, permanentemente ativado, faz a diferença. O COMAE e o ComDCiber já provaram a validade do estabelecimento de comandos conjuntos permanentes em

âmbito nacional, mesmo situados no nível operacional, subordinados às FS, apesar de serem instrumentos estratégicos.

Este trabalho abordou também a evolução das ameaças sofridas por um Estado nacional, que chegou às ameaças híbridas, não somente direcionadas aos países hegemônicos, tendo como atores partidos de oposição, organizações criminosas, organizações não governamentais, bem como atores estatais que atuam por meio daqueles no contexto da competição contínua. A solução até então vislumbrada para seu enfrentamento passa por um conjunto de ações tomadas pelo governo nacional como um todo, de forma permanente, integrada, sincronizada, sistemática, e internacional, tal qual são as ameaças híbridas, para guiar as ações das FOpEsp, que, internacionalmente, se tornaram a ponta de lança nessa contínua batalha, através da promoção do relacionamento interagências, dissuasão e resposta à agressão.

Portanto, conclui-se que a constituição de um comando conjunto de operações especiais, permanentemente ativado, no nível estratégico, aos moldes do USSOCOM, tem o potencial de incrementar sobremaneira o Poder Nacional, por meio da construção de eficaz integração, interoperabilidade, emprego conjunto e relacionamento interagências de nossas FOpEsp, do seu acentuado salto operacional, da elevação de sua prontidão e fomento da prontidão governamental para o enfrentamento das ameaças híbridas, mais prováveis na conjuntura de defesa atual e ainda mais frequentes e disruptivas no futuro, passando a dispor de instrumento estratégico crível e por conseguinte dissuasório, que provê expansão de escolhas de reduzido desgaste, não escalatórias, politicamente viáveis e de baixo custo ao governo, permitindo economia de força por uma minúscula fatia do orçamento, em linha com o fomentado pelos documentos condicionantes de Defesa e exequível por diversos tipos de países como foi mostrado neste estudo.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Jomar Barros de. **Cibernética no Exército Brasileiro**. Rio de Janeiro: ESG, 2022. 1 apresentação (50 min).

BACHMANN, Sascha. *Hybrid threats, cyber warfare and NATO's comprehensive approach for countering 21st century threats: mapping the new frontier of global risk and security management*. **Amicus Curiae**, London, n. 88, p. 24-27, Dec./Jan./Feb. 2011.

BERZINS, J. Asymmetry in Russian New Generation Warfare. *In: Tartu resistance seminar essays on unconventional warfare and small state resistance*, 2014, Florida. **Anais** [...]. Tampa: JSOU, 2014.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF. Presidência da República, 2019. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 17 de abr. de 2020.

BRASIL. Comando da Aeronáutica. **Esquadrão aeroterrestre de salvamento inicia curso de comandos de força aérea**. Brasília, DF, 2021. Disponível em: <https://www.fab.mil.br/noticias/mostra/37049/CURSO%20-%20Esquadr%C3%A3o%20Aeroterrestre%20de%20Salvamento%20inicia%20o%20Curso%20de%20Comandos%20de%20For%C3%A7a%20A%C3%A9rea>. Acesso em: 07 de set. de 2022.

BRASIL. Comando da Aeronáutica. **Organograma**. Brasília, DF. 2022c. Disponível em: <https://www.fab.mil.br/organograma>. Acesso em: 07 de set. de 2022.

BRASIL. Comando da Marinha, EMA-305: **Doutrina Militar Naval**. Brasília, DF. 2017b.

BRASIL. Comando da Marinha. **Estrutura organizacional**. Brasília, DF. 2022b. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/estrutura-organizacional>. Acesso em: 07 de set. de 2022.

BRASIL. Comando da Marinha. **Portaria nº 232/MB**, de 16 de agosto de 2019b. Cria o Comando Naval de Operações Especiais (CoNavOpEsp) e dá outras providências. Brasília, DF. 2019b.

BRASIL. Comando de Operações Navais. **Regulamento do Comando Naval de Operações Especiais**, de 23 de abril de 2020. Rio de Janeiro. 2020c.

BRASIL. Comando Naval de Operações Especiais. **Regimento Interno do Comando Naval de Operações Especiais**, de 06 de novembro de 2020. Rio de Janeiro. 2020d.

BRASIL. **Lei Complementar n.º 97**, de 09 de junho de 1999. Dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas.

BRASIL. Ministério da Defesa, EB70-MC-10.212: **Operações Especiais**. 3. ed. Brasília, DF. 2017a.

BRASIL. Ministério da Defesa, EB70-MC-10.305: **O Comando de Operações Especiais**. Brasília, DF. 2019a.

BRASIL. Ministério da Defesa, MD35-G-01: **Glossário das Forças Armadas**, Brasília, DF. 2015.

BRASIL. Ministério da Defesa. Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas. **Doutrina de Operações Conjuntas** v. 1. 2. ed. Brasília, DF. 2020b.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Estrutura organizacional**. Brasília, DF. 2022a. Disponível em: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/aceso-a-informacao/institucional-2/estrutura-organizacional/organograma.pdf>. Acesso em: 07 de set. de 2022.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Livro Branco de Defesa Nacional**. Brasília, DF. 2016. Aprovada em 14 dez. 2018 pelo Decreto Legislativo do Congresso Nacional nº 179, de 2018. Disponível em: <http://www.defesa.gov.br/arquivos/2017/mes03/livro-branco-de-defesa-nacional-consulta-publica-12122017.pdf>. Acesso em: 02 de ago. de 2020.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Política Nacional de Defesa. Estratégia Nacional de Defesa**. Brasília, DF. 2020a. Disponível em: https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy_of_estado-e-defesa/pnd_end_congressonacional_22_07_2020.pdf. Acesso em: 17 de set. de 2022.

CANADA. **Government of Canada**, 2022a. *Organizational structure of the department of national defence and the canadian armed forces*. Disponível em: <https://www.canada.ca/en/department-national-defence/corporate/organizational-structure.html>. Acesso em: 28 de ago. de 2022.

CANADA. **Government of Canada**, 2022b. *Special operations forces organizational structure*. Disponível em: <https://www.canada.ca/en/special-operations-forces-command/corporate/organizational-structure.html>. Acesso em: 28 de ago. de 2022.

CAZZANIGA, Gianluca. *NATO's special operations headquarters*. **Military Technology**, Ahrweiler, v. 35, p. 7-8, 2011.

CHERISEY, Erwa de. *El commando conjunto de operaciones especiales*. **Revista Defensa**, Madri, n. 498, 2019. Disponível em: <https://www.defensa.com/informes-america-latina/comando-conjunto-operaciones-especiales-colombiano>. Acesso em: 03 de set. de 2022.

COOK, Geraldine. *Colombian special forces: operational success through joint work*. **Diálogo Américas**, Flórida, Apr. 8th 2019. Disponível em: <https://dialogo-americas.com/articles/colombian-special-forces-operational-success-through-joint-work/#.YxQWci7MLb2>. Acesso em: 03 de set. de 2022.

COOK, Geraldine. *Joint special operations command, a strategic weapon for Colombia's security*. Diálogo Américas, Flórida, Sept. 21st 2021. Disponível em: <https://dialogo-americas.com/articles/joint-special-operations-command-a-strategic-weapon-for-colombias-security/#.YxQZdKHMkUm>. Acesso em: 03 de set. de 2022.

COSTA, D'Arc. Os novos tipos de guerra. **Caderno de Estudos Estratégicos**, Rio de Janeiro, n. 1, p. 17-28, Mar. 2019.

CULLEN, P. J.; REICHBORN-KJENNERUD, E. *Understanding Hybrid Warfare*. **MCDC Countering Warfare Project**, London, p. 8-27, Jan. 2017.

DOAN, Terry. *SOCOM C2 and the TSOCs*. In: *USSOCOM staff education program*, 3., 2019. Tampa. **Presentation** [...] Tampa: [S.n.], 2019.

DRWIEGA, Andrew; WHITE, Andrew. *Indonesian special forces*. **Military Technology**, Ahrweiler, v. 40, p. 78-80, 2016.

DUNN, Brian P. *Legislating change: the formation of U.S. special operations command*. **Strategic Studies Institute**, Pennsylvania, p. 15-35, 2015.

ESPAÑA. Estado Mayor de la Defensa. **Unidades dependientes del EMAD**. Madrid, 2020. Disponível em: <https://emad.defensa.gob.es/unidades/mcoe/>. Acesso em: 30 de ago. de 2022.

ESPAÑA. Mando Conjunto de Operaciones Especiales. **Anuario de Operaciones Especiales - 2017**. Madrid, 2017. Disponível em: http://www.ieee.es/Galerias/fichero/OtrasPublicaciones/Nacional/2017/MCOE_Anuario_2017_ESP.pdf. Acesso em: 30 de ago. de 2022.

FERNANDES, C. C. G. **Tecnologia e a vida das pessoas**. Rio de Janeiro: ESG, 2022. 1 apresentação (50 min).

HUBAC, Olivier; *Réflexions sur l'avenir des forces spéciales françaises*. **Revue Defense Nationale**, Paris, p. 7-11, janv. 2014.

IANCU, N. *et al. Countering hybrid threats: lessons learned from Ukraine*. Amsterdam: IOS Press, 2016.

JOINT SPECIAL OPERATIONS UNIVERSITY. **USSOCOM Staff Education Program**. Tampa, 2019. (Curso oferecido pelo USSOCOM entre os dias 06 e 10 de maio de 2019).

KIEL, David. *Commando hubert: all terrain warriors*. **Special Operations Report**, New York, v. 7, p. 72-82, summer 2006.

KILCULLEN, Dave. *Liminal warfare and great power competition: implications for modern SOF*. In: *Modern warfare symposium*, 2019. Fort Bragg. **Presentation** [...] Fort Bragg: [S.n.], 2019.

KJENNERUD Erik; CULLEN Patrick. *What is Hybrid Warfare*. **Norwegian Institute of International Affairs**, Oslo, n. 1, p. 2, 2016.

LIND, Willian S. *Understanding Fourth Generation War*. **Military Review**. Sept.-Oct. 2004.

MARCHAND, Arno. *Special operations command. The Flying Dutchman*, Amsterdam, 2018. Disponível em: https://magazines.defensie.nl/vliegendehollander/2018/12/03_socom. Acesso em: 01 de set. de 2022.

MELLINGEN, Kjetil. **Strategic Utilization of Norwegian Special Operations Forces**. 2010. Tese (Mestrado em Ciência em Análise de Defesa e Operações de Informação) – Naval Postgraduate School, Monterey, 2010.

NATO. *NATO Special Forces Headquarters, Comprehensive Defence Handbook*. Mons, 2020.

NATO. *North Atlantic Treaty Organization NATO Standardization Office, AAP-06: NATO Glossary of Terms and Definitions*. Brussels. 2021.

NUNN, Sam; *DoD organization: an historical perspective*. **Armed Forces Journal International**, Virginia, p.15, out. 1985.

NYEMANN, D. B.; SORENSEN, H. *Countering Hybrid Warfare*. **MCDC Countering Warfare Project**, London, p. 18-65, Mar. 2019.

OLIVEIRA, Rodrigo Alvim de. **Áreas de interesse estratégico**. Rio de Janeiro: ESG, 2022. 1 apresentação (50 min).

PAWLAK, Patryk. *Understanding Hybrid Threats*. **European Parliamentary Research Service**, Brussels, 2015. Disponível em: <https://policycommons.net/artifacts/1336169/understanding-hybrid-threats/1943129>. Acesso em: 18 ago. 2022.

PINHEIRO, Alvaro de Souza. *Knowing your partner: the evolution of Brazilian special operations forces*. **JSOU Report**, Florida, Aug. 2012.

REYNOLDS, Phillip W. *Persistent conflict and special operations forces*. **Military Review**, Kansas, p. 62-69, May/June 2014.

RODRIGUES, Fernando da Silva. Guerra Híbrida - por uma discussão conceitual (14 p.). Centro de Estudos Estratégicos do Exército. v. 18 (4) set./nov. 2020. Disponível em: <http://www.ebrevistas.eb.mil.br/CEEEExAE/article/view/7012/6051>. Acesso em 10 mar 2022.

SVENDSEN, Adam D. M. Sharpening SOF tools, their strategic use and direction: optimizing the command of special operations amid wider contemporary defence transformation and military cuts. **Defence Studies**, London, n. 3, p. 284-309, 2014.

TURNBULL, Grant. *Czech Defence in the spotlight*. **Military Technology**, Ahrweiler, v. 43, p. 40-47, 2019.

UNITED KINGDOM. Army. **UK Special Forces**. London, 2020b. Disponível em: <https://www.army.mod.uk/who-we-are/corps-regiments-and-units/uk-special-forces-reserve/>. Acesso em: 29 ago. 2022.

UNITED KINGDOM. *Directorate of Sponsorship and Organisational Policy*, **How Defence Works**. London. 2020a.

UNITED STATES. Department of Defense. **Agency Financial Report**. Washington, DC. 2021.

UNITED STATES. Department of Defense. **Rescue Mission Report**. Washington, DC. 1980.

UNITED STATES. **Joint Chief of Staff, JP 3-05: Special Operations**. Washington, DC. 2020.

UNITED STATES. **Public Law 99-661**, Nov. 14th 1986. *Authorization act to the Department of Defense for 1987*.

UNITED STATES. Special Operations Command. **USSOCOM Fact Book**. Tampa, Florida, 2022. Disponível em: <https://www.socom.mil/FactBook/2022%20Fact%20Book.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2022.

UNITED STATES. US Government, **Glossary of Interagency and Associated Terms**. Washington, DC. 2017.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de Pesquisa em Administração**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

VOTEL, J. L. *et al. Unconventional warfare in the gray zone*. **Joint Forces Quarterly**, Washington, n. 80, p. 102, Nov./Jan. 2016.

WHITE, Andrew. *Global SOF restructures as mission sets flourish*. **Armada International**, Bangkok, p.12-15, Jan. 2018b.

WHITE, Andrew. *Indonesian special operations command*. **Military Technology**, Ahrweiler, v. 42, p.56-58, 2018a.

WHITE, Andrew. *Jordanian joint special operations command (JSOC) overview*. **Military Technology**, Ahrweiler, v. 41, p. 100-101, 2017.